

Relatório e Contas

31 dezembro 2023



Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança
Reforma

Santander Poupança Prudente FPR

Índice

1. Relatório de Gestão	3
1.1. Enquadramento macroeconómico	3
1.2. Política de investimento	10
1.3. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sfdr)	10
1.4. Evolução das unidades de participação	10
1.5. Performance	11
1.6. Custos e proveitos	12
1.7. Demonstração do património	12
1.8. Evolução dos ativos sob gestão	12
1.9. Valorimetria	12
1.9.1. Valores mobiliários	13
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário	14
1.9.3. Instrumentos derivados	14
1.9.4. Câmbios	15
1.10. Remunerações atribuídas	15
1.11. Política de voto	15
1.12. Erros de valorização	16
1.13. Factos relevantes	16
1.14. Eventos subsequentes	17
2. Divulgações Relativas ao Regulamento de Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor de Serviços Financeiros (Não Auditado)	18
3. Relatório de Auditoria	30
4. Balanço do Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Prudente FPR referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023	34
5. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Prudente FPR referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023	37
6. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Prudente FPR referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023	39
7. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023	41

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

Após um ano de 2022 de má memória para os mercados, o primeiro trimestre deste ano registou subidas amplas comparativamente com ganhos em ações, crédito, obrigações soberanas, ativos de mercados emergentes e cripto moedas. As matérias-primas foram a única exceção significativa a este padrão, com os preços do petróleo a caírem em todos os meses do primeiro trimestre. A análise macroeconómica de alto nível para o trimestre começou com uma nota algo otimista graças às muitas notícias positivas em janeiro.

Por exemplo, o preço do gás natural na Europa diminuiu -24,8% de janeiro a fevereiro, o que dissipou as preocupações sobre uma possível recessão. O aumento da confiança dos consumidores, que atingiu o seu ponto mais alto dos últimos meses, refletiu-se numa série de indicadores de sentimento. Entretanto, a economia da China continuou a abrir e as restrições foram flexibilizadas, aumentando as expectativas de que mais economias a nível global iriam registar crescimento. Devido à melhoria das perspetivas macroeconómicas, muitos ativos tiveram um início de ano muito forte. Por exemplo, o S&P 500 (+6,3%) e o STOXX 600 (+6,8%) na Europa tiveram o melhor início de ano desde 2015. Mas, à medida que fevereiro avançava, o ambiente nos mercados tornou-se decididamente mais sombrio.

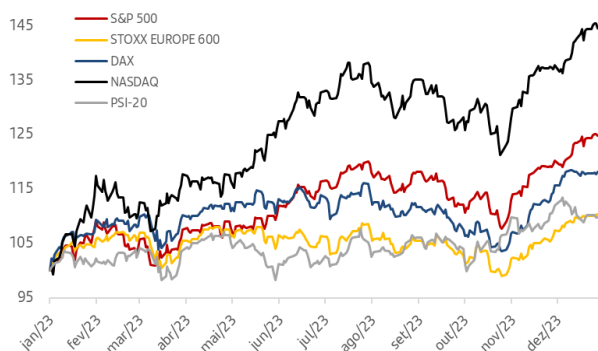
A principal causa foi a divulgação de dados económicos positivos publicados nos EUA e uma inflação mais elevada do que o previsto, que convenceram os investidores de que estavam iminentes mais aumentos de taxas de juro. De facto, o desemprego atingiu um mínimo de 53 anos de 3,4%, o que suscitou um debate sobre a possibilidade de um cenário de "no landing" da economia dos EUA, que significava inflação elevada e crescimento robusto, forçando a Reserva Federal a ainda mais aumentos de taxas. Não obstante, os Estados Unidos não foram o único país a registar esta tendência. A inflação subjacente na Zona Euro atingiu um máximo histórico de +5,3% em janeiro, de acordo com os dados divulgados em fevereiro o que desencadeou uma liquidação significativa de obrigações internacionais, com o *Global Aggregate Bond Index* da Bloomberg a registar o seu pior desempenho em fevereiro desde a sua criação em 1990 (-3,3%).

Em março, os investidores aumentaram as suas expectativas para as taxas terminais do banco central devido à persistência da inflação. No seu testemunho semestral no Congresso, o Presidente da FED confirmou esse facto, afirmando que a FED estaria preparada para aumentar o ritmo de subida das taxas e deixando explicitamente a porta aberta a futuras alterações de 50 pontos base. Pouco depois, a 8 de março, as taxas de rendibilidade a 2 anos atingiam um máximo não observado desde 2007 e as expectativas para a taxa terminal da FED atingiam um novo máximo do ciclo de 5,69%. A curva de 2s10s fechou nesse dia com uma inversão de -109bps, o que não acontecia desde 1981. Mas, tudo isto mudou abruptamente quando o Silicon Valley Bank entrou em colapso, suscitando preocupações sobre o sistema financeiro e receios de um maior contágio. Na sequência de um intenso escrutínio por parte dos investidores e de saídas significativas de depósitos, o Credit Suisse acabou por ser comprado pelo UBS com garantias do governo suíço. Devido à significativa turbulência no mercado que resultou desta situação, os investidores questionaram-se se os bancos centrais iriam terminar o atual ciclo de aumento das taxas. Em meados de março, as taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro a 2 anos registaram a maior descida diária desde 1982 e apesar da recuperação geral do mercado acionista, as ações dos bancos sofreram um impacto negativo, com o índice de bancos KBW a cair -17,9%. No final do mês, os mercados davam indicação que estariam a estabilizar-se. Desde o pico da agitação, as medidas de volatilidade, como o índice MOVE e o índice VIX, diminuíram significativamente, impulsionados pelas melhoras nas condições financeiras. Além disso, como os investidores estavam muito menos preocupados com aumentos abruptos das taxas, as obrigações soberanas tiveram um desempenho excecional. De facto, desde março de 2020, quando os investidores se refugiaram em paraísos seguros e a FED reduziu as taxas e reiniciou a compra de obrigações, os títulos do Tesouro dos EUA tiveram o seu melhor desempenho mensal em três anos.

Os mercados financeiros tiveram um segundo trimestre mais inconsistente. Alguns investimentos tiveram um desempenho

Mercados acionistas em 2023

Fonte: Refinitiv 04/01/2023



excepcional, com as ações tecnológicas a superarem significativamente outros investimentos devido ao interesse na Inteligência Artificial (IA). Isto incluiu outros ativos de risco, o que contribuiu para a diminuição da volatilidade devido à falta de evidências de que os problemas de março tivessem repercussões financeiras mais vastas. Contudo, a inflação persistente e a continuação da política restritiva dos bancos centrais causariam a subida de *yields* nas obrigações soberanas. Em geral, as matérias-primas também tiveram dificuldades, com os preços do petróleo bruto Brent a caírem pelo quarto trimestre consecutivo. Os investidores mostraram-se receosos quanto ao início do segundo trimestre, após a significativa turbulência do mercado em meados

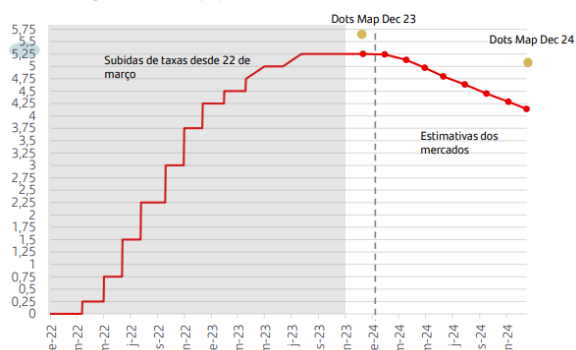
de março pela possibilidade de mais falências bancárias. Antes de ser encerrado em 1 de maio, o First Republic Bank, em particular, esteve sob pressão crescente, tornando-se o terceiro banco a falir este ano, depois do SVB e do Signature.

A maioria dos seus ativos foi adquirida pelo JPMorgan e, a 4 de maio, o índice KBW Banks fechou no seu ponto mais baixo em mais de dois anos. Mas o que foi notável no segundo trimestre foi o facto de a turbulência financeira parecer isolada, pelo menos por enquanto. De facto, em junho, o índice VIX de volatilidade das ações tinha recuado para o seu nível mais baixo desde o surto de Covid-19 e tinha terminado o terceiro trimestre em apenas 13,59 pontos, marcando um declínio significativo.

Os bancos centrais continuaram a concentrar-se na manutenção de níveis elevados de inflação, uma vez que a turbulência financeira parecia estar mais sob controlo. Enquanto a inflação global caiu no segundo trimestre, a inflação subjacente manteve-se muito mais resistente. Por exemplo, os dados mais recentes relativos a maio revelaram que a inflação subjacente do índice de preços no consumidor (IPC) nos EUA se situou em 4,6%, ou seja, ligeiramente abaixo do nível de 4,7% registado três meses antes. À semelhança dos EUA, a inflação subjacente na Zona Euro manteve-se em 5,4% em junho, apenas ligeiramente abaixo do pico de 5,7% registado em março.

EUA: Futuros das taxas dos Fed Funds (limite inferior)

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 08/12/2023



O aumento da inflação exigiu que os bancos centrais continuassem a aumentar as suas taxas diretoras. A FED aumentou as taxas em 25 pontos base adicionais em maio e, apesar de ter feito uma pausa em junho pela primeira vez em mais de um ano, o seu gráfico de pontos previa mais dois aumentos das taxas para o saldo de 2023.

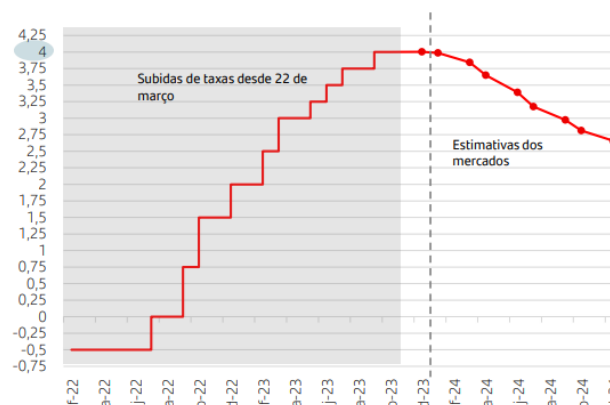
O BCE aumentou a sua taxa de depósito em 25 pontos base em maio e junho, elevando-a para 3,5%. Dados sólidos, com a economia dos EUA, em particular, a continuar a mostrar sinais de resiliência, forneceram um apoio adicional a este facto. De facto, as folhas de pagamento não agrícolas continuaram a crescer rapidamente em abril (+294 mil) e maio (+339 mil), e o número de novos pedidos de subsídio de desemprego tem vindo a diminuir desde o seu pico no início de abril.

Em resultado da persistência da inflação e dos bancos centrais "hawkish", as obrigações soberanas registaram dificuldades no segundo trimestre. As obrigações do Tesouro dos EUA registaram uma descida de 1,4%, pondo fim a dois trimestres consecutivos de ganhos, enquanto as obrigações alemãs registaram uma descida mais moderada de -0,4%. No entanto, os títulos com pior desempenho foram os *gilts* (-6,0%), que registaram a maior queda desde a turbulência do mini-orçamento em outubro passado. No Reino Unido, onde a taxa de inflação do IPC é a mais elevada do G7, registaram-se várias surpresas positivas em termos de inflação e o Banco de Inglaterra aumentou inesperadamente as taxas de juro em 50 pontos base em junho. Em comparação com outros bancos centrais, os mercados estão a prever um ciclo de aperto mais agressivo para o Banco de Inglaterra, com os *swaps* de índice *overnight* a preverem uma taxa terminal superior a 6%.

Apesar das preocupações com a inflação e a descida do preço das obrigações soberanas, os ativos de risco tiveram, de um modo geral, um bom desempenho no 2.º trimestre. Por exemplo, o S&P 500 aumentou +8,7% em termos de retorno total, o que se seguiu a um ganho de +7,5% no primeiro trimestre e é o maior ganho trimestral desde o quarto trimestre de 2021. O Nikkei no Japão, registou o seu segundo melhor desempenho trimestral numa década, já o STOXX 600 (+2,7%) na Europa foi menos rápido, mas ainda conseguiu registar o seu terceiro ganho trimestral consecutivo superior a 6%.

Taxa de depósito baseada em Forwards €STRN

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 08/12/2023



	2023	2024e
PIB EUA	2,40%	1,40%
Inflação EUA	4,20%	2,90%
PIB Zona Euro	0,50%	1,20%
Inflação Zona Euro	5,60%	3,30%
PIB Portugal	2,10%	1,50%
PIB Espanha	2,20%	1,70%
PIB China	4,90%	4,00%

Fontes: Santander Asset Management, Banco Santander Totta, FMI, Bloomberg. (e) Variações anuais estimadas.

Com o NASDAQ a subir +13,1% e o índice FANG+ das mega capitalizações tecnológicas a subir +25,2%, as ações tecnológicas voltaram a liderar o desempenho do sector. O que foi possível devido ao intenso entusiasmo em torno do potencial da IA para aumentar a produtividade e acelerar o crescimento económico. A Nvidia (+52,3%) teve um dos desempenhos excepcionais no segundo trimestre devido à procura de processadores de IA, o preço das suas ações aumentou no final de maio, depois de terem anunciado ganhos com uma perspetiva muito superior às expectativas, aumentando em +189.5% até à data.

No entanto, é importante notar que o S&P 500 igualmente ponderado não teve um desempenho tão bom quanto sua contraparte padrão, devendo-se ao facto de as ações tecnológicas terem tido um desempenho positivo tão significativo nos últimos meses.

A resolução do problema do teto da dívida dos EUA, que causou brevemente uma volatilidade significativa no mercado, foi outro fator de apoio aos mercados. De facto, durante um breve período de tempo, as *yields* das obrigações do Tesouro com vencimento após o prazo para a negociação do teto da dívida norte americano subiram, ilustrando como os investidores estavam a exigir uma compensação adicional para manter as obrigações em risco de incumprimento. Mas, a 27 de maio, chegou-se a um compromisso e, em 3 de junho, o Presidente Biden assinou-o como lei.

O segundo semestre começou negativo para os mercados. O *selloff* de obrigações no início de agosto, conduzindo as *yields* ao seu nível mais elevado dos últimos anos, foi o principal acontecimento, tendo a *yield* da dívida norte-americana a 10 anos atingido 4,36%. Esta subida foi alimentada pelas *yields* reais estando a afetar significativamente a economia real com os juros pagos pela habitação.

O *Selloff* não teve causa específica, mas foi influenciado pela diminuição de rating dos EUA de AAA para AA+ pela Fitch. A preocupação crescente com o défice orçamental dos EUA solidificou a ideia de que as taxas se iriam manter mais altas por mais tempo.

Em Jackson Hole, Jerome Powell teve um tom muito menos agressivo do que no ano anterior, dissipando as preocupações sobre aumentos radicais de taxa. O inquérito JOLTS revelou que o mercado de trabalho continuou a arrefecer, com a taxa de demissões a regressar à sua taxa pré-pandémica de 2,3% e o número de vagas a cair para o seu nível mais baixo desde março 2021.

Fora dos EUA, as perspetivas económicas continuaram aquém do esperado, com o PMI composto da Zona Euro a recuar para 47,0, pior do que o previsto e no nível mais baixo desde final de 2020. Contudo, a leitura flash da inflação para a Zona Euro ainda está nos +5.3%, influenciada pelo aumento do preço do gás natural na Europa (+ 23,5% no mês), devido a uma possível greve nas instalações de GNL na Austrália.

A economia chinesa continuou a causar preocupação, provocando quedas no Shanghai Composite de -6,3%. Em parte, motivado por dificuldades no sector imobiliário, também o aumento homólogo das vendas a retalho e da produção industrial diminuiu para +3,7% e +2,5%, respetivamente. Como resposta, o Banco Popular da China reduziu a taxa da sua facilidade de crédito a médio prazo.

As obrigações e as ações recuperaram no fecho de agosto à medida que se generalizou o otimismo renovado sobre o soft landing. A inflação core também ajudou à recuperação com junho e julho a mostrarem a menor subida desde fevereiro de 2021. O S&P 500 (-1,6%) e o NASDAQ (-2,1%) estagnaram após 5 meses de subidas, continuando com +18,7% e +34,9%, desde início do ano. O Hang Seng (-8,2%) teve um dos seus piores meses (-4,4%) enquanto na Europa o DJ Stoxx 600 anulou os ganhos do mês anterior com -2,5% e o Eurostoxx 50 lateralizou (-0,42%).

No terceiro trimestre, apenas 11 de 38 classes de ativos financeiros estavam em território positivo, e em setembro apenas 7 tiveram comportamentos positivos, o que fez deste o pior mês de 2023. As quedas tiveram várias causas, mas a mais importante foi a sensação crescente de que os bancos centrais iriam provavelmente manter as taxas de juro mais elevadas durante mais tempo, a par de um aumento de \$20/barril do petróleo durante o trimestre. As perdas também contribuíram para a reputação de setembro como o pior mês para os mercados financeiros nos últimos anos. De facto, foi o quarto ano consecutivo em que o S&P 500 e o STOXX 600 registaram quedas em setembro, bem como o 7º ano consecutivo em que o agregado global de obrigações da Bloomberg registou uma queda no mês.

No que diz respeito aos ativos financeiros, a maior história do terceiro trimestre foi a correção das obrigações de longo prazo. A *yield* a 10 anos do Tesouro norte-americano terminou o trimestre com uma subida de +0,735% para 4,57%, valores que não se verificavam desde 2007, enquanto a *yield* do bund alemão a 10 anos subiu +0,448% para 2,84%, o que não se registava desde 2011.

Entretanto, também se verificou uma atenção crescente aos persistentes défices orçamentais norte-americanos e que impacto teriam nas taxas, sobretudo depois de a Fitch Ratings ter baixado a notação de crédito dos EUA em agosto, de AAA para AA+.

Este enquadramento levou a um fraco desempenho das ações, com o S&P 500 e o Eurostoxx 50 a cair -4,8% e -2,71% respetivamente. Este foi o pior mês do ano até à data para o índice norte americano e deixando-o com uma queda de -3,3%. No entanto, manteve-se positivo desde início do ano, com um ganho de +13,1%. Não obstante, estes movimentos não alteraram as expectativas de mercado para a política monetária da Reserva Federal e BCE.

O mês de outubro foi de novo fraco para os mercados e dominado, principalmente, pelo ataque do Hamas a Israel e consequente retaliação. A preocupação dos investidores centrou-se na possibilidade de alargamento do conflito a outros países do Médio Oriente e consequentes impactos em vários ativos importantes. Houve um impacto imediato no preço do crude e do ouro (+7,5% e +7,3% respetivamente) tendo corrigido no final do mês.

O outro grande foco do mês recaiu na resiliência da economia norte-americana, que não só adicionou mais 336 mil empregos como continua com pressões inflacionistas no preço médio do consumidor core, que adicionou mais 0,32%, um máximo nos últimos 5 meses. Dado isto, os futuros começaram a descontar uma probabilidade de 41,5% de subida de juros para a reunião da FED de janeiro 2024.

O impacto desta resiliência deu-se, sobretudo, nas *yields* das obrigações soberanas norte-americanas. A *Yield* a 10 anos subiu pelo sexto mês consecutivo - fechando nos 4,93%, tendo até chegado a ultrapassar o máximo histórico de 2007 de 5%-, o que transpareceu para a economia real com os empréstimos a habitação a 30 anos a apresentarem taxas fixas de 7,9%, o valor mais alto desde o ano 2000.

Em sentido contrário, os dados europeus foram muito mais fracos no mês, com a primeira estimativa do PIB da Zona Euro no terceiro trimestre a registar uma contração de -0,1%, o pior desempenho desde o segundo trimestre de 2020. No entanto, este ponto trouxe a boas notícias do lado da inflação, com o valor anual em outubro a cair para +2,9%, o mínimo dos últimos de dois anos, o que impulsionou as obrigações soberanas da Zona Euro, com ganhos de 0,4%.

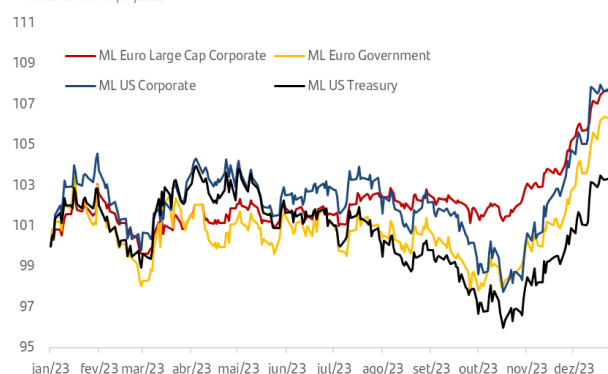
As subidas de taxas apontaram também para quedas nos mercados acionistas, com o S&P500 a cair -2,1% - sendo a primeira vez que existe uma terceira queda consecutiva mensal desde março 2020 - e o Eurostoxx 600 com perdas de -3,6%. Os mercados emergentes também foram afetados, com o índice MSCI EM a registar -3,9%. Já do lado das obrigações, os ligeiros ganhos do lado europeu (*bunds* +0.3%, *OATs* +0.2% e *BTPs* +0.6%) contrastaram com as perdas no lado americano com declínios de -1.3%.

Em sentido inverso aos meses anteriores, novembro trouxe de novo a especulação sobre um pivot da FED devido à crescente confiança dos investidores de que se chegaria ao final do ciclo de subidas de taxa de juro. A recuperação dos mercados arrancou no início do mês após a última reunião da FOMC - onde foi dito que as condições financeiras tinham restringido "significativamente" - e foi depois apoiada com a surpresa na inflação dos EUA com o IPC global a subir apenas +0,04% e o core com uma ligeira subida de 0,23%. Subsequentes discursos da FED e uma revisão em alta do PIB dos EUA (+5,2%) adicionaram ainda mais entusiasmo, levando os mercados a aumentar as expectativas de cortes de taxa em maio.

As boas notícias significaram um resultado excecional das obrigações com a *yield* do *treasury* dos EUA a 10 anos a cair de 4,93% para 4,33%, o maior declínio desde julho 2021. Do lado do BCE, as obrigações soberanas da Zona Euro ganharam +3,0% e os *bunds* +2,6%. Isto levou os investidores a descontar cortes de taxa já em abril do ano que vem, resultando no melhor resultado do Índice Global de Obrigações da Bloomberg desde a grande crise financeira de 2008, subindo +5,04%.

As obrigações em 2023

Fonte: Refinitiv 04/01/2023



O apetite de risco também subiu, com o S&P 500 a quebrar as perdas dos meses anteriores com uma subida de +9,1% em retornos totais, e o NASDAQ subir até +10.8%, devido às subidas do setor tecnológico. Por outro lado, o índice de volatilidade VIX teve a maior queda desde o ano passado. As ações europeias também tiveram subidas acentuadas com o Eurostoxx 50 a subir +7,91%. Esta recuperação também apoiou o crédito empresarial (EUR IG +2,3% e USD IG +5,5%) com os spreads de Investment Grade a contraírem para 1,04%.

Os preços da energia continuaram a cair mesmo depois de anúncio de cortes de produção da OPEC (Brent -5,2%). Em oposição, o ouro atingiu máximos de 6 meses (+2.6%, \$2,036/oz.)

Depois de um novembro com retornos históricos para os mercados, sendo os cortes de taxa de juro por parte dos bancos centrais o tema dominante, dezembro conseguiu superar o desempenho do mês anterior, com parte do choque monetário de 2022 a ser revertido no período. O índice de obrigações globais obteve ganhos de +4,2% no mês, terminando o ano com um retorno, desde o início do mesmo, de +5,7%. Um resultado extremamente inesperado dado o comportamento destes ativos no fim de outubro. As restantes obrigações também continuaram o excelente desempenho, com as obrigações a 10 anos norte-americanas a terem ganhos de +3,5% e as obrigações empresariais USD com ganhos de +4,0%, enquanto as obrigações soberanas europeias subiram 3,7% e as obrigações empresariais EUR a terem um desempenho de +2,8%.

No que respeita às ações, o final do ano também trouxe subidas significativas, levando o S&P500 a ter ganhos de +4,5% e o Nasdaq a apreciar +5,6%. Do lado europeu, o Stoxx 600 subiu +3,9% no mês, sendo que os únicos resultados negativos vieram da China com o Shanghai Composite a perder -1,7%. Nas matérias-primas, o petróleo Brent continuou a tendência de descida devido à fraca procura, terminando o ano a perder -10,3%.

Em suma, 2023 foi um ano de recuperação extraordinária após um 2022 de má memória, tendo os mercados registado valores bastante atrativos para os investidores. O S&P 500 teve uma subida de +26,3%, o STOXX 600 de +16,6% e o índice MSCI World de +24,4%. As ações tecnológicas foram as que mais se destacaram em termos sectoriais, com o NASDAQ a registar uns impressionantes +44,7%, enquanto o índice dos 7 magníficos (Apple, Microsoft, Alphabet, Amazon, Nvidia, Meta e Tesla) tiveram um dos melhores desempenhos de qualquer ativo financeiro em 2023, subindo +107%.

Fonte: Deutsche Bank Early Morning Reid: December, Q4 and 2023 Performance Review

Economia Portuguesa

Após o fim da pandemia, o PIB de Portugal atingiu 5,4% em 2023, superando o nível de 2019. O PIB futuro continuou a crescer rapidamente acima da Zona Euro. O Banco de Portugal prevê uma queda da taxa de inflação de 5,2% este ano para 3,3% em 2024 e 2,1% em 2025, já próximo do objetivo de política monetária do Banco Central Europeu. Os efeitos negativos da inflação ainda elevada e da maior restritividade da política monetária sobre a procura interna foram complementados por melhorias no mercado de trabalho, medidas públicas de apoio ao rendimento das famílias e maiores entradas de fundos europeus. Além das condições monetárias e financeiras menos favoráveis, a pressão inflacionista internacional diminuiu. A procura externa dirigida aos exportadores portugueses também diminuiu.

A economia cresceu acima do previsto em 1,6% no primeiro trimestre de 2023, principalmente devido ao dinamismo das exportações, na componente do turismo. A atividade continuou a crescer no primeiro semestre do ano, com variações em cadeia de 0,3% no segundo trimestre e de 0,5% nos dois trimestres seguintes. A perspetiva de um aumento no rendimento disponível real manteve o mercado de trabalho dinâmico e incentivou a procura interna. No que diz respeito às exportações, houve ganho de quota adicional nos serviços, em linha com as tendências recentes, onde o turismo teve um impacto significativo na economia nacional neste semestre.

A inflação diminuiu desde o final de 2022, com as partes mais voláteis do IHPC a impactarem em baixa os preços em 2023. Isto foi refletido principalmente devido à redução dos preços das matérias-primas alimentares e energéticas nos mercados internacionais. A redução da inflação, excluindo estes bens, foi determinada pelas pressões associadas ao aumento dos salários e margens de lucro, bem como pelos efeitos imprecisos derivados dos componentes voláteis da inflação. Num contexto de expectativas de inflação estabilizadas, a maior restritividade da política monetária resultou na convergência da inflação para valores próximos dos projetados para a área do euro e compatíveis com o objetivo de estabilidade de preços no final do horizonte, com a inflação do segundo trimestre atingindo -0,3 pontos percentuais (pp) em relação às indicações de março do Banco de Portugal. As pressões inflacionistas externas diminuíram e a redução temporária do IVA para alguns produtos alimentícios compensou parcialmente os efeitos da inflação interna.

Foi também registada uma melhoria em relação ao défice da balança corrente e de capital de +0,4% do PIB em 2022 devido ao aumento do saldo da balança de bens e serviços em 2023, bem como os efeitos positivos de volume e termos de troca, e é previsto pelo Banco de Portugal que a balança corrente e o saldo de capital devem aumentar para 2,1% do PIB no segundo semestre de 2023.

No primeiro trimestre, a economia portuguesa desacelerou resultado de uma retração mais marcante das exportações de bens e serviços, que superou a dinâmica da procura interna. Em termos homólogos, o produto interno bruto aumentou ainda 1,9%.

O indicador de clima económico continuou a tendência de desaceleração, tendo registado um mínimo em novembro. O indicador de sentimento económico, por outro lado, continuou negativo, tendo melhorado dos mínimos do segundo e terceiro trimestres.

O consumo privado recuperou no 3T após uma contração inesperada no trimestre anterior. Uma explicação para a recuperação foi a despesa em bens alimentares, bem como a despesa discricionária em bens e serviços não alimentares. No entanto, o consumo privado cresceu apenas 0,9%, abaixo do PIB, e os efeitos da inflação e das taxas de juro elevadas foram dissipados tendo a inflação desacelerado em termos homólogos. Contudo, a confiança dos consumidores voltou a diminuir em novembro, após a demissão do primeiro-ministro António Costa e o anúncio da dissolução do Parlamento. Após dois trimestres de redução, o investimento recuperou no 3T23. Essa dinâmica foi fortemente explicada pela despesa de capital em material de transporte e propriedade intelectual. Dinâmica essa que se manteve no 4º trimestre, como demonstra a patente nas vendas de veículos comerciais. Os indicadores de investimento disponíveis, exceto os de material de transporte, permanecem em terreno negativo, indicando dinâmicas inconsistentes no 4T2023.

No final do ano as exportações de bens e serviços caíram. A evolução do setor industrial em toda a Europa, especialmente na Alemanha, foi acompanhada pelas exportações de bens. Por outro lado, as exportações de serviços contrastam com os principais dados do setor do turismo, como o aumento do número de hóspedes não residentes, das dormidas e dos proveitos do setor. As importações aumentaram, principalmente ao nível dos serviços e a avaliação da atividade nos mercados externos, bem como as perspetivas de procura externa para o setor industrial, permaneceram em terreno negativo.

Embora continue a refletir uma economia em pleno emprego, a taxa de desemprego aumentou para 6.7%. O nível de emprego foi afetado ligeiramente pela redução da população ativa, justificado pelo fim dos empregos sazonais no setor de turismo. A taxa de desemprego registada no IEFP tem aumentado lentamente, mas ainda em mínimos, enquanto as oportunidades de emprego têm permanecido relativamente estáveis, embora abaixo das de há um ano. Ainda que a indústria tenha tido um crescimento moderado, as remunerações cresceram de forma significativa. Não obstante, os custos do trabalho diminuíram e convergiram para o crescimento constante de cerca de 6% em termos homólogos na Zona Euro. Embora tenha revertido a redução mais significativa ocorrida durante o verão, a produção industrial continuou a diminuir nas indústrias química, pasta e papel e calçados. Apesar do encerramento temporário da AutoEuropa devido a problemas com o fornecimento de peças, o setor automóvel manteve-se estável (-0.5%) até final do ano.

O Estado foi o maior beneficiário do contexto de crescimento e de inflação, com um crescimento dos impostos diretos (+13.1% tvha a outubro), e dos indiretos (+6.4% tvha), em particular do IVA (+6.7%). As despesas do subsetor Estado, acumuladas a outubro, cresceram 3.5%, fruto da dinâmica ao nível da despesa corrente (+3.1%) e dos aumentos salariais e descongelamentos de progressões, na Função Pública (as despesas com pessoal cresceram 4.3%). Os encargos com o serviço da dívida cresceram apenas 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar da subida das taxas de juro. O aumento constante das receitas fiscais, especialmente as indiretas relacionadas à resiliência da atividade económica e especialmente num ambiente de inflação elevada, tem superado o aumento das despesas públicas, resultando em um excedente orçamental ao nível do subsetor do Estado. Uma das razões para a mudança de remuneração foi o crescimento explosivo dos Certificados de Aforro (+113% YoY), que liderou o crescimento homólogo de 2.7% da dívida pública direta do Estado em outubro de 2023. A dívida pública era de 107,2% do PIB no final do 3T23. Com a descida dos preços da energia e a reversão de fatores ainda relacionados à pandemia, a taxa de inflação continua a desacelerar, situando-se em 1.5% em novembro. A inflação subjacente, que abrange alimentação e energia, desacelera mais lentamente e está em 2,9 por cento.

A reversão dos efeitos de base e a reposição do IVA na alimentação podem levar a uma aceleração da inflação nos próximos meses. Até setembro, a balança de bens e serviços teve um excedente maior, devendo-se ao aumento do saldo da balança de serviços, que atingiu um máximo histórico. Nos primeiros nove meses do ano, as exportações de bens diminuíram 1%, enquanto as importações diminuíram 2.5% permitindo uma ligeira redução do défice da balança de bens.

Fonte: Boletim Económico Banco de Portugal (meses de Agosto e Dezembro 2023); Banco Santander Totta : Gabinete de Estudos Económicos e Relações com Investidores | Portugal Dashboard económico Evolução e Tendências 2023)

1.2. Política de Investimento

De acordo com os objetivos definidos, a política de investimento segue uma perspectiva de médio-longo prazo, investindo, maioritariamente, em obrigações de emitentes de mercados desenvolvidos. Tanto a estratégia quanto a alocação de ativos são realizadas com base em análises macroeconómicas e fundamentais, investindo em ativos que ofereçam um maior potencial de valorização em termos relativos.

Do ponto de vista geográfico, a exposição encontra-se principalmente em França (27%), Estados Unidos (11%), Holanda e Reino Unido (9%). Por setores, o maior peso encontra-se em Financeiras, que representam 30% do fundo, seguindo-se Utilities (15%), Bens de Consumo (6%), Automóvel, Seguros, Governos e Comunicações com 5%. O rating médio da carteira é A-. No final do ano, a maior parte da carteira do fundo estava investida em obrigações de empresas e financeiras, todas elas denominados em Euros, pelo que não existe risco cambial.

Informamos também que nos últimos 3 anos não ocorreram mudanças substanciais na política de investimento.

Do ponto de vista do mercado, 2023 foi caracterizado pelo desempenho positivo das obrigações (especialmente durante o último trimestre), uma vez que se deslumbra um abrandamento da política monetária do Banco Central Europeu. Assim, por exemplo, a *yield* a 10 anos do governo alemão terminou o ano em 2,02%, em mínimos do ano e após ter registado um máximo de 2,84% em setembro, comparativamente com os 2,57% do final de 2022. Os *spreads* de crédito de emitentes com rating de investimento em euros tiveram um comportamento positivo, passando de uma média de 164 pontos básicos (pbs) no final de 2022 até os 135 no final de dezembro de 2023. Os *spreads* de emitentes com rating *high yield* seguiram um padrão semelhante, estreitando 102 pbs durante o ano até atingir os 396 pontos básicos.

1.3. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis é a que consta nas “Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)” em anexo ao relatório anual.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2014	17 236 420	6,7401
2015	17 266 865	6,7232
2016	20 074 607	6,8577
2017	23 354 562	6,9544
2018	27 769 698	6,8401
2019	39 432 410	7,0903
2020	52 124 268	7,2022
2021	71 441 785	7,0545
2022	68 138 687	6,0680
2023	65 529 913	6,4786

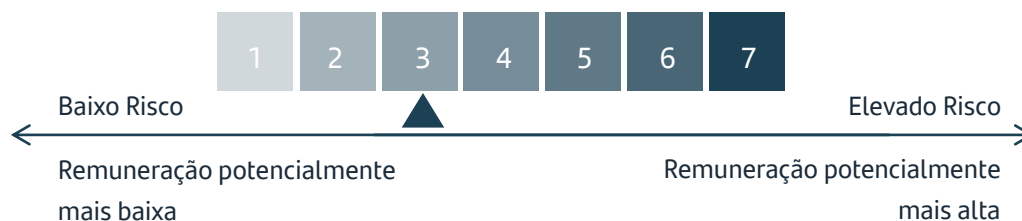
1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2014	4,27%	2
2015	-0,25%	3
2016	1,99%	2
2017	1,41%	2
2018	-1,64%	2
2019	3,66%	2
2020	1,58%	3
2021	-2,05%	3
2022	-13,98%	3
2023	6,76%	3

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;

- A partir de 1 de julho de 2020, o Fundo deixou de cobrar comissões de subscrição e de resgate aos participantes;
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de agosto de 2020.

1.6. Custos e Proveitos

Descrição	2023-12-31	2022-12-31	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	9 646 476	7 212 089	2 434 386	34%
Rendimento de Títulos	418 920	0	418 920	0%
Ganhos em Operações Financeiras	68 063 338	59 844 985	8 218 352	14%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	4 492	1 545	2 947	191%
Total	78 133 226	67 058 620	11 074 606	17%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	818 607	736 598	82 008	11%
Comissões e Taxas	5 334 589	5 769 605	-435 016	-8%
Comissão de gestão	5 026 498	5 369 202	-342 704	-6%
Comissão de depósito	144 796	154 668	-9 872	-6%
Outras comissões e taxas	163 295	245 734	-82 440	-34%
Perdas em Operações Financeiras	44 712 228	129 250 521	-84 538 293	-65%
Impostos	206 852	224 172	-17 320	-8%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	10 328	10 212	117	1%
Total	51 082 604	135 991 108	-84 908 504	-62%
Resultado do Fundo	27 050 622	-68 932 488	95 983 110	-139%

1.7. Demonstração do Património

Descrição	2023-12-31	2022-12-31
Valores mobiliários	416 391 292	392 878 325
Saldos bancários	5 785 223	18 181 458
Outros ativos	5 105 051	3 783 889
Total dos ativos	427 281 566	414 843 672
Passivo	2 737 937	1 375 963
Valor Líquido do OIC	424 543 629	413 467 709

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descrição	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	420 723 083	98,47%	395 910 122	95,44%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	418 214 904	97,88%	392 260 039	94,56%
<i>Títulos de dívida pública</i>	38 054 560	8,91%	28 553 332	6,88%
<i>Outros fundos públicos e equiparados</i>	2 294 921	0,54%	1 545 285	0,37%
<i>Obrigações diversas</i>	369 271 021	86,42%	362 161 422	87,30%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII (ETFs)</i>	8 594 402	2,01%	-	0,00%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	2 508 179	0,59%	3 650 083	0,88%
<i>Obrigações diversas</i>	537 062	0,13%	-	0,00%
<i>Unidades de participação/ações de OIC que não OII</i>	309 655	0,07%	186 213	0,04%
<i>Unidades de participação/ações de OII</i>	1 661 461	0,39%	3 463 870	0,83%
Total do ativo	427 281 566	98,47%	414 843 672	95,44%

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
 - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
 - Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e

3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 31 de dezembro de 2023, aos seus 28 (vinte e oito) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 1 313 573 €; e,
2. A título de remunerações variáveis: 521 435 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (2 colaboradores): 368 398 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 98 251 €;
- Restantes colaboradores (25 colaboradores): 1 368 359 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o ano de 2023 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

As remunerações variáveis correspondem a estimativas aproximadas.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a SAM SGOIC tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management (SAM Investment Holdings S.L.) dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo, aprovada em Dezembro de 2020 (disponível na página da internet da Santander Asset Management Global - Sección Sostenibilidad). A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política, aplicável ao nível local (que pode ser consultada na página web institucional da sociedade em www.santander.pt)

Esta Política, aprovada em abril de 2023, estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em Assembleias Gerais de Acionistas de Sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos voluntários que promovem as melhores práticas e é consistente com os objetivos respetivos de cada veículo.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação "ASG" de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2023

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em www.santander.pt/pdfs/investor-relations/santander-asset-management-sgoic/politicas-sam-sgoic/politica-voto-sgoic/SAM_PT_Relatorio_Exercicio_Voto_2023.pdf) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 31 de dezembro de 2023 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Factos Relevantes

1. Estabilização dos mercados financeiros

O final do ano de 2023 ratificou a visão dos agentes de mercado que a desinflação de preços de bens e serviços, deverá deixar os índices de inflação core da Zona Euro e Estados Unidos da América próximos do alvo de 2% no final de 2024. Essa tendência somada à possibilidade de corte de taxas diretoras a partir da segunda metade de 2024, e corroborada pela indicação avançada pela Reserva Federal na última reunião do ano, permitiram a obrigações e ações terminar o ano com performances consideráveis.

Para a indústria de gestão de ativos, o pico e pivot de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Esta situação, no entanto, coincidirá com o topo de rentabilidade dos bancos nacionais, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário desafiante para as sociedades gestoras.

2. Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do

aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3. Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

1.14. Eventos Subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (31 de dezembro de 2023) e o da elaboração do presente Relatório, não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 31 de janeiro de 2024

2. Divulgações Relativas ao Regulamento de Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor de Serviços Financeiros (Não Auditado)

Modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 8.º, n.os 1, 2 e 2-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852

Por «**investimento sustentável**», deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de **atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Nome de produto: Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma SANTANDER POUPANÇA PRUDENTE FPR

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): 5493004I3WS5T3F63O98.

ISIN: PTYSAVLM0006

Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tinha um objetivo de investimento sustentável?

Sim
 X Não

<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE 	<input checked="" type="checkbox"/> Promoveu características ambientais/ sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 37,61% a investimentos sustentáveis <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
<input type="checkbox"/> Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo social:	<input checked="" type="checkbox"/> em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE <input checked="" type="checkbox"/> com um objetivo social <input type="checkbox"/> Promoveu características (A/S), mas não realizou quaisquer investimento sustentáveis



Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

O Fundo promoveu características ambientais e sociais através da avaliação dos seus investimentos subjacentes em função de critérios ambientais, sociais e de governação (ASG), utilizando uma metodologia ASG própria e investindo em emitentes que apresentavam práticas ASG sólidas e que cumpriram os fatores de exclusão descritos na estratégia de investimento do Fundo. Para o efeito, foram utilizados critérios financeiros, ambientais, sociais e de boas práticas de *governance*, a fim de obter uma visão mais completa e global dos ativos onde investiu durante o período de referência, tendo sido avaliada uma combinação de fatores ASG, que incluíram, mas não excluindo outros:

- Os critérios ambientais analisados incluíram a avaliação do desempenho quantitativo e qualitativo do emitente em questões ambientais tais como as emissões de gases com efeito de estufa, o esgotamento de recursos, a poluição e a gestão recursos hídricos.
- Os critérios sociais que cobrem matérias relacionadas com a sociedade e variam desde questões relacionadas com o local de trabalho, normas laborais ou gestão de talentos, até às relações com as comunidades locais, privacidade e segurança de dados e direitos humanos.
- As boas práticas de *governance* analisadas incluíram a qualidade da gestão do emitente, a sua cultura e ética, a eficácia dos sistemas de governação para minimizar o risco de má gestão e a sua capacidade para antecipar riscos operacionais e legais que pudessem representar um potencial incumprimento. Incluíram também fatores relacionados com a composição e a estrutura do conselho de administração.

A avaliação destes fatores assentou na materialidade setorial definida pela Sociedade Gestora como parte da sua metodologia ASG. Adicionalmente, os casos controversos foram também avaliados quanto à gravidade do seu impacto na sociedade, no ambiente e no interesse dos *stakeholders* (grupos de interesses) e, consequentemente, classificados e integrados na metodologia ASG da Sociedade Gestora.

A Sociedade Gestora também promoveu características ambientais e sociais, recorrendo a atividades de *engagement* com os emitentes, quer individualmente, quer através de iniciativas de *engagement* colaborativo, para promover as melhores práticas ASG, tal como definido na sua política de *engagement*.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são alcançadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

Por principais impactos negativos, devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito pelos direitos humanos e da luta contra corrupção e o suborno.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

O desempenho dos indicadores de sustentabilidade do Fundo ao longo do período de referência é abaixo descrito:

- Indicador de exclusões: o Fundo não realizou qualquer investimento em setores não permitidos pela respetiva política de investimento. Ou seja, o Fundo teve 0% de exposição a empresas com mais de 25% de receitas provenientes da extração de carvão, produção de energia a partir do carvão e a empresas cuja atividade é principalmente focada em armamento controverso. Adicionalmente, no caso das obrigações governamentais, o Fundo teve 0% de exposição a países com fraco desempenho em termos de direitos políticos e liberdades sociais, considerando o indicador *Democracy Index* e o estudo *Freedom in the World*.
- Indicador de controvérsias: o Fundo teve 0% de exposição a empresas que estiveram envolvidas em controvérsias consideradas críticas.
- Classificação (rating) média ASG do Fundo: a classificação ASG média dos ativos que compõem a carteira de investimento do Fundo, classificados de acordo com a metodologia interna da Sociedade Gestora, foi de A- numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG). Este valor foi calculado como a média de rating ASG dos produtos/ativos que compõem a carteira com rating ASG, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na secção Principais Investimentos.
- Percentagem de ativos do Fundo alinhados com as características ambientais e sociais promovidas foi de 92,35%.

● **...e comparado com os períodos anteriores?**

O desempenho dos indicadores acima referidos não sofreu alterações em relação ao período de referência anterior. Especificamente:

- Indicador de exclusões: manteve-se 0%, tal como reportado no período de referência anterior.
- Indicador de controvérsia: manteve-se em 0%, tal como reportado no período de referência anterior.
- Classificação ASG média do Subfundo: foi de -A, conforme reportado no período de referência anterior.

● **Quais foram os objetivos dos investimentos sustentáveis que o produto financeiro lançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Os objetivos de investimento sustentável deste Fundo foram atingidos através do investimento em emitentes que contribuíram para, pelo menos, um dos objetivos definidos na sua divulgação pré-contratual. Na prática, os emitentes que foram contabilizados como parte da percentagem de investimento sustentável reportada, cumpriram, pelo menos, um dos seguintes critérios:

- Emitentes cujas atividades estão alinhadas com o projeto de descarbonização do Acordo de Paris ou são atualmente net zero. Os emitentes que se qualificaram sob este critério contribuíram para atingir objetivos ambientalmente sustentáveis, como a mitigação das alterações climáticas, ajudando a estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera nos termos do Acordo de Paris e/ou a adaptação às alterações climáticas, investindo em soluções de adaptação que reduzem substancialmente ou evitam o risco de efeitos climáticos adversos.
- Emitentes cujas práticas têm pelo menos 20% das suas receitas alinhadas com os objetivos de mitigação e/ou adaptação, de acordo com a Taxonomia da UE. À data do presente relatório, considerou-se que a contribuição para os objetivos sustentáveis dos emitentes que se qualificam ao abrigo deste critério contribui para os objetivos ambientais de mitigação e/ou adaptação às alterações climáticas, tal como acima descrito.
- Emitentes que geram, pelo menos 20% do seu volume de negócios, produtos e/ou serviços que criam um impacto ambiental mensurável (ou seja, uma empresa que desenvolve práticas agrícolas sustentáveis, tecnologias de prevenção da poluição ou energia alternativa, de entre outras). Os emitentes que se qualificaram segundo este critério foram considerados como contribuidores para objetivos ambientalmente sustentáveis, tais como a prevenção e o controlo da poluição, a proteção e a recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos hídricos e marinhos.
- Emitentes que geram, pelo menos 20% do seu volume de negócios, produtos e/ou serviços que geram um impacto social mensurável (ou seja, uma empresa que desenvolve soluções de educação, melhoria da conectividade ou soluções de tratamento de doenças, de entre outras). Os emitentes que se enquadram neste critério contribuíram para objetivos sociais sustentáveis, tais como padrões de vida adequados e bem-estar dos consumidores, colaborando na criação de produtos e serviços que satisfazem as necessidades humanas.
- Emitentes cujas práticas empresariais demonstraram a intenção de contribuir para os objetivos ambientais e/ou sociais sustentáveis do Fundo, através do seu desempenho de vanguarda em matéria de sustentabilidade tendo em conta a classificação ASG da Sociedade Gestora.

Os investimentos efetuados pelo Fundo em obrigações verdes, obrigações sociais e obrigações sustentáveis foram também considerados como contribuidores para os objetivos de sustentabilidade ambiental ou social do Fundo, através do financiamento de projetos verdes, sociais ou sustentáveis, de acordo com os padrões de referência, tais como os desenvolvidos pelo organismo internacional *Capital Market Association* (ICMA).

Quando o Fundo investiu em outros Organismos de Investimento Coletivo, a Sociedade Gestora utilizou os dados e métodos de investimento sustentável divulgados pela Sociedade Gestora dos OICs investidos.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável do ponto de vista ambiental ou social?**

Para assegurar que a contribuição positiva para um objetivo social e/ou ambiental não tenha prejudicado significativamente outros objetivos, a Sociedade Gestora aplicou as seguintes salvaguardas assentes na metodologia interna desenvolvida com o propósito de verificar que existe uma intenção de não causar esses danos significativos. Estas salvaguardas são:

- Consideração dos indicadores dos principais impactos adversos enumerados no Quadro 1 do Anexo I do Regulamento Delegado (UE) 2022/1288 na versão final das normas técnicas regulamentares de implementação do SFDR ("RTS"). Esta informação encontra-se disponível no website <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management>.
- Atividade em sectores controversos: são analisadas e excluídas exposições significativas a sectores sensíveis como os combustíveis fósseis ou armamentos controversos, tabaco, de entre outros, bem como os investimentos expostos a controvérsias graves.
- Desempenho sustentável neutro: foi exigida uma classificação/rating ASG mínima (B) de acordo com a metodologia interna da Sociedade Gestora numa escala de 7 níveis (C-, C, C+, B, A-, A e A+, em que A+ reflete o melhor desempenho ASG) para garantir que as práticas de sustentabilidade de cada emitente cumprem os requisitos mínimos ASG.

Se um investimento não cumprir qualquer destas salvaguardas, a Sociedade Gestora considera que não é possível garantir que não exista um dano significativo e não será considerado um investimento sustentável.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

A Sociedade Gestora teve em consideração todos os principais indicadores de impactos adversos (PIAS) na análise do princípio de não prejudicar significativamente (DNSH).

Para o efeito, a Sociedade Gestora definiu limites de relevância com base em critérios técnicos quantitativos e qualitativos. Os limites foram:

- Limites absolutos: os emitentes com uma exposição significativa a combustíveis fósseis, com atividades que afetam áreas sensíveis em termos de biodiversidade, que violam os princípios do Pacto Global das Nações Unidas e as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais, que não dispõem de processos e mecanismos de controlo do cumprimento dessas normas internacionais e/ou que estão expostos a armas controversas foram considerados não conformes com o princípio DNSH.
- Limites sectoriais: os emitentes que se encontram dentro do limite de pior desempenho do seu setor em termos de emissões de gases com efeito de estufa, água, resíduos e/ou questões sociais e relativas aos trabalhadores foram considerados não conformes com o princípio DNSH.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

O respeito pelas boas práticas do setor e direitos humanos é parte integrante dos valores da Sociedade Gestora e um padrão mínimo para a realização das suas atividades de forma legítima.

Neste sentido, a atuação da Sociedade Gestora baseia-se nos princípios que resultam das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e nos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas, de entre outros. Este compromisso reflete-se tanto nas políticas corporativas do Grupo Santander, como nas políticas próprias da Sociedade Gestora e faz parte do procedimento interno de integração do risco de sustentabilidade.

A Sociedade Gestora tem monitorizado periodicamente se os investimentos falham no cumprimento de alguma destas orientações internacionais e, se tal ocorrer o incumprimento é avaliado, atuando de acordo com a relevância desse incumprimento, o que pode implicar, por exemplo, de entre outras, medidas de engagement, quando se revele necessário.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da União.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo teve em consideração os principais impactos adversos nos fatores de sustentabilidade ao tomar decisões de investimento. Para o efeito, a Sociedade Gestora monitorizou os indicadores do quadro 1 e dois dos indicadores opcionais dos quadros 2 e 3 das RTS, para avaliar os efeitos negativos que os investimentos efetuados por este Fundo possam causar.

Durante o período de referência, a Sociedade Gestora identificou estes impactos a dois níveis:

- Com base no desempenho relativo do setor de cada emitente para identificar as empresas com o pior desempenho em cada indicador PIAS. Neste sentido, os emitentes com pior desempenho em comparação com o seu setor para todos os indicadores PIAS obrigatórios foram avaliados pela equipa de ISR de acordo com a relevância do impacto e a recorrência ao longo do tempo, podendo ter derivado, por exemplo, em ações de engagement.
- Com base na comparação do desempenho dos indicadores PIAS dos Fundos com os de um índice de referência (benchmark) em termos ASG. Quando o desempenho do Fundo foi pior do que o índice de referência, a Sociedade Gestora analisou a gravidade do impacto, a sua recorrência ao longo do tempo, a probabilidade de sucesso através de atividades de engagement, a exposição da carteira e a tipologia do indicador PIAS para implementar ações de engagement. Durante o período de referência, foi dada prioridade a estas atividades de engagement para os indicadores relacionados com as emissões de gases com efeito de estufa, bem como, para os emitentes em risco de violar os princípios do Pacto Global das Nações Unidas. Adicionalmente, a Sociedade Gestora também atenuou esses impactos, pelo ajustamento das posições que mais contribuem para o indicador PIAS com pior desempenho face ao seu índice de referência ASG, limitando o aumento da posição ou, em última análise, desinvestindo.

Os dados necessários para o cálculo dos indicadores de PIAS foram proporcionados por fornecedores de dados externos. Foram realizadas análises periódicas, com a colaboração com emitentes e fornecedores de dados ASG, da cobertura e qualidade dos mesmos, para ultrapassar as limitações na disponibilidade e qualidade dos dados indicadores.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 30-12-2022 - 29-12-2023

Os principais investimentos neste produto financeiro são:

Investimentos mais avultados	Setor	% de Ativos	País
BTF 0% 14/02/24	Obrigações Governamentais	4,37%	FR
EUB 0% 09/02/24	Obrigações Governamentais	2,93%	EU
iSh EURCorpBond ETF	Fundos	2,02%	IE
BTF 0% 02/05/24	Obrigações Governamentais	0,72%	FR
GS 1,25 01/05/25	Financeiro	0,69%	US
ABNAN 4.375 20/10/28	Financeiro	0,62%	NL
BNP 0.50 19/01/30	Financeiro	0,53%	FR
RABOB 4.233 25/04/29	Financeiro	0,52%	NL
DNBN 3,125% 21/09/27	Financeiro	0,52%	NO
VZ 0.375 22/03/29	Comunicações	0,49%	US
KMI 2.25 16/03/27	Energia	0,48%	US
MBGGR 3.4 13/04/25	Consumo Cíclico	0,48%	NL
ESMTB 0% 08/02/24	Obrigações Governamentais	0,47%	EU
NTT 0.082% 13/12/25	Comunicações	0,47%	JP
UREN 2,375% 02/12/24	Materiais Básicos	0,47%	NL

Em comparação, os principais investimentos deste produto financeiro no período de referência anterior são apresentados abaixo. Estes dados são apresentados a 30 de dezembro de 2022.

Investimentos mais avultados	Setor	% de Ativos	País
BUBILL 0 % 22/02/23	Obrigações Governamentais	3,76%	DE
ESMTB 0 19/01/23	Obrigações Governamentais	1,93%	EU
EUB 0 03/02/23	Obrigações Governamentais	1,21%	EU
Fundo Lusimovest	Fundos	0,84%	PT
GS 1,25 01/05/25	Financeiro	0,70%	US
KMI 2.25 16/03/27	Energia	0,69%	US
ASABR 0.336 19/04/27	Consumo Não Cíclico	0,67%	JP
CDTFIN 0.625 22/9/24	Utilities	0,60%	GB
CS 2,125% 13/10/26	Financeiro	0,59%	CH
MUFG 3.273%19/09/25	Financeiro	0,58%	JP
BPCEGP 0.01 14/01/27	Financeiro	0,58%	FR
CABKSM 1.625 13/4/26	Financeiro	0,57%	ES
MS 4.813% 25/10/28	Financeiro	0,55%	US
GALP 1.375 19/9/23	Utilities	0,53%	PT
DNBN 3,125% 21/09/27	Financeiro	0,53%	NO



Qual foi a proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade?

A proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade é de pelo menos 51% da carteira de ativos do Fundo.

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.

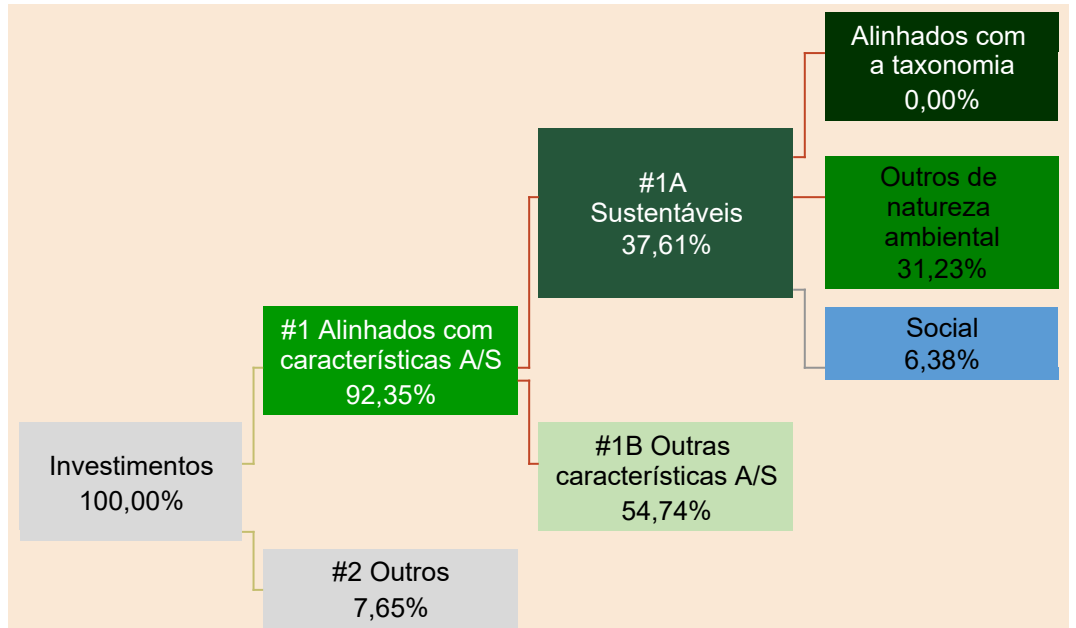
Qual foi a alocação dos ativos?

O Fundo cumpriu com a alocação de ativos divulgada nas informações pré-contratuais, nomeadamente:

- O Fundo cumpriu o mínimo de 51% dos seus ativos que promovem características ambientais e sociais, cumprindo a estratégia de investimento ASG acima descrita. Ao longo do período de referência, esta percentagem foi de 92,35%, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na secção Principais Investimentos.
- O Fundo cumpriu o compromisso mínimo de 10% em investimentos sustentáveis. Durante o período de referência, a percentagem média de investimentos sustentáveis deste Fundo foi de 37,61%, repartida de acordo com o abaixo indicado.

As percentagens acima referidas foram calculadas com base na percentagem média de investimentos sustentáveis do Fundo, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na secção Principais Investimentos.

Note-se que, por uma questão de clareza, as percentagens relacionadas com os Investimentos Sustentáveis (#1A) e outras características de A/S (#1B) são calculadas com base no total de investimentos e não apenas nos que estão alinhados com as características A/S.



#1 Alinhados com as características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com as características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com as características A/S** engloba:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis do ponto de vista ambiental ou social.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com as características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

● **Em que setores económicos foram realizados os investimentos?**

Os sectores económicos em que foram realizados investimentos são:

Sector económico	Alocação de ativos em %
Actividades financeiras e de seguros	38,62%
Indústria transformadora	18,10%
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	11,32%
Actividades de organizações e organismos extraterritoriais	5,68%
Informação e comunicação	5,07%
Fundos	4,79%
Outros sectores	4,43%
Actividades imobiliárias	3,58%
Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	3,42%
Transporte e armazenamento	2,86%
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado - Combustíveis fósseis	2,14%

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.



● **Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?**

O Fundo não tem estabelecida uma percentagem mínima de investimentos alinhados com a Taxonomia da UE.

Os gráficos seguintes revelam o alinhamento da carteira com a Taxonomia da UE como percentagem média do Fundo, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na secção Principais Investimentos.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outros, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

● **O produto financeiro investe em actividades relacionadas com gás fóssil e/ou energia nuclear que cumprem com a taxonomia da UE¹?**

Sim:

Gás fóssil Energia nuclear

Não

Para cumprir a taxonomia da UE, os critérios para o gás fóssil incluem limitações de emissões e mudança para energias renováveis ou combustíveis com baixo teor de carbono até ao final de 2035. Para a energia nuclear, os critérios incluem regras abrangentes de segurança e de gestão de resíduos.

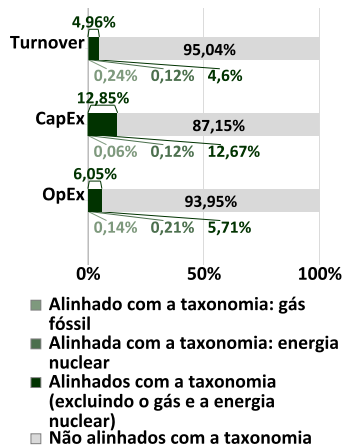
As atividades alinhadas com a taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

¹As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da UE se contribuírem para limitar as alterações climáticas («mitigação das alterações climáticas») e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia da UE - ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da UE são definidos no Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão.

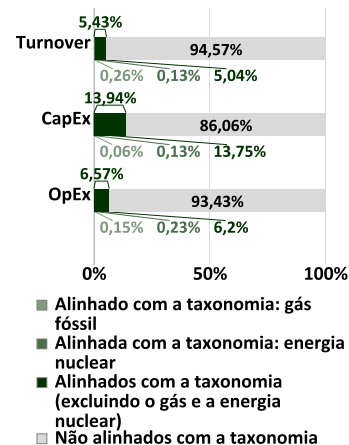
- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes de atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, p. ex. com vista á transição para uma economia verde.
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Os gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento das obrigações soberanas com a taxonomia*, o primeiro gráfico apresenta o alinhamento com a taxonomia no que respeita a todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento com a taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.

1. Investimentos alinhados com a taxonomia, incluindo as obrigações soberanas*



2. Investimentos alinhados com a taxonomia, excluindo as obrigações soberanas*



Este gráfico representa 90,91% dos investimentos totais.

*Para efeitos destes gráficos, por «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

- **Qual foi a percentagem dos investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

0,16% da carteira está alinhada com a taxonomia da UE através de atividades de transição e 2,57% está alinhada através de atividades capacitantes.

- **Como evoluiu a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE em comparação com os períodos de referência anteriores?**

O Fundo não tem uma percentagem mínima de alinhamento dos seus investimentos com a taxonomia da UE. A percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE aumentou em relação ao período de referência anterior.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (UE) 2020/852.



- **Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?**

O Fundo tinha uma percentagem de investimentos com um objetivo ambiental não alinhado com a taxonomia da UE de 31,23%.



- **Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?**

O Fundo tinha uma percentagem de investimentos com um objetivo social de 6,38%.



- **Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?**

O Fundo tinha uma percentagem de 7,66% de investimentos que não estão alinhados

com as características ambientais ou sociais, nem são qualificados como investimentos sustentáveis. Esta percentagem foi calculada com base na percentagem média do Fundo, considerando os dados do último dia útil de cada trimestre do período de referência, tal como definido na seção Principais investimentos.

Estes investimentos não alteram a prossecução das características ambientais ou sociais promovidas pelo Fundo, e destinam-se a contribuir para uma gestão eficiente da carteira, gerar liquidez e objetivos de cobertura.

A Sociedade Gestora estabelece salvaguardas ambientais ou sociais mínimas para não causar um dano significativo, tais como a consideração dos principais impactos adversos ou a exclusão de atividades não-alinhadas com as características ambientais e/ou sociais do Fundo. Os ativos que podem ser considerados nesta categoria são os seguintes:

- Ativos de investimento direto em numerário sem classificação/rating ASG por falta de dados dos fornecedores utilizados pela Sociedade Gestora e que não podem ser considerados investimentos sustentáveis de acordo com o critério definido na seção anterior (ou seja: títulos de dívida/green bonds, social bonds, etc).
- Os investimentos em OICs sem classificação/rating ASG por falta de dados dos fornecedores utilizados pela Sociedade Gestora e que não podem ser classificados como Artigos 8º ou 9º do Regulamento (UE) 2019/2088.
- Outros Ativos diferentes dos acima indicados (ex: ETC, etc.) permitidos pela política do Fundo e que não prejudiquem o perfil ASG.
- Liquidez no depositário e outras contas correntes utilizadas para as transações diárias do Fundo (ou seja: contas margem-garantias de derivados, etc.).



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o período de referência, foram tomadas as seguintes medidas para concretizar as características ambientais e sociais do Fundo:

A Sociedade Gestora verificou periodicamente se o Fundo cumpre as seguintes exclusões:

- Foram excluídos os emitentes cujos negócios (medidos em termos de volume de negócios) estão principalmente orientados para atividades relacionadas com armas controversas e/ou receitas significativas provenientes de combustíveis fósseis não convencionais e/ou atividades de produção de energia a partir da extração de carvão.
- Os emitentes envolvidos em controvérsias consideradas críticas foram excluídos do universo de investimento do Fundo.
- As emissões de dívida pública foram avaliadas por forma a excluir as que apresentavam um fraco desempenho em matéria de direitos políticos e liberdade social. Para o efeito, a Sociedade Gestora baseou a sua análise num dos dois indicadores seguintes:
 - Índice de Democracia (Democracy Index): Indicador que determina a extensão da democracia de 167 países com base em indicadores como processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política. Numa escala de 1 a 10 pontos, são excluídos os países que estão abaixo de 6 pontos e que correspondentes a regimes híbridos e autoritários.
 - Relatório *Freedom in the World*: Indicador que mede o nível de democracia e liberdade política em todos os países e nos territórios mais importantes do mundo numa escala de 3 níveis ("Não livre", "Parcialmente livre" e livre"), foram excluídos os países classificados como "Não livres".
- A Sociedade Gestora monitorizou periodicamente se o critério de classificação (rating) média mínima ASG dos emitentes dos ativos da carteira (incluindo investimentos diretos ou em Organismos de Investimento Coletivo com rating disponível), foi cumprido, de acordo com a metodologia própria da Sociedade Gestora na análise desses subjacentes, com pelo menos um mínimo de A- numa escala de 7 níveis (C-, C,C+, B, A-, A e A+, onde A+ reflete o melhor desempenho ASG).

Considerou-se que os investimentos que cumpriam os critérios acima referidos estavam a promover as características ambientais e sociais. Para além disso, A Sociedade Gestora também considerou que os seguintes casos também cumpriam as características ambientais e sociais do Fundo, tendo sido considerados como tal:

- Emitentes sem classificação/rating ASG ou que não cumpriam os indicadores ASG definidos na estratégia de investimento, mas que tinham investimentos que pudessem ser considerados investimentos sustentáveis, e, em concreto, emissões que foram qualificadas como obrigações verdes, sociais ou sustentáveis após validação prévia da Sociedade Gestora, de acordo com a sua metodologia de análise própria.
- No caso de OICs, aqueles que embora não tenham classificação/rating ASG, sejam OIC que promovem características ASG [OICs considerados Artigo 8º do Regulamento (UE) 2019/2088] e/ou que tenham como objetivo investimentos sustentáveis (Artigo 9º do Regulamento (UE) 2019/2088)].

Os critérios ASG acima referidos, juntamente com o cumprimento dos compromissos mínimos do Fundo, foram integrados no processo de investimento e monitorizados regularmente pela equipa de Compliance da Sociedade Gestora e, em caso de incumprimento, foram tomadas as medidas corretivas necessárias (por exemplo, relatório para a equipa de gestão, comunicação com a equipa de ISR, envio ao comité competente, de entre outras).

Adicionalmente, o desempenho ASG dos emitentes foi sujeito a um acompanhamento sistemático e contínuo pela equipa de ISR da Sociedade Gestora, incluindo o acompanhamento contínuo de potenciais discrepâncias, identificadas pelos gestores de carteiras, entre o conhecimento do emitente e os dados considerados no modelo disponibilizado pelos fornecedores.

Por último, a Sociedade Gestora levou a cabo atividades de engagement para emitentes privados e atividades de voto nos casos em que o tipo de ativo o permite (ações).

Estas atividades foram alinhadas com as características sociais e ambientais do Fundo e com as Políticas de Engagement e de Voto aplicáveis da Sociedade Gestora, disponíveis

em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/politicas>.

Outras referências das atividades de engagement e de voto podem ser encontradas no Relatório de Gestão da Sociedade Gestora, disponível em <https://www.santander.pt/institucional/empresas-do-grupo/santander-asset-management/informacao-financieira>.



Qual o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?

Nenhum índice específico foi utilizado como índice de referência (benchmark) para determinar se este produto financeiro está alinhado com as características sociais e ambientais que promove.

Os índices de referência são índices utilizados para aferir se o produto financeiro assegura a concretização das características ambientais ou sociais que promove.

- ***De que forma o índice de referência difere de um índice geral de mercado?***
- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro relativamente aos indicadores de sustentabilidade que determinam o alinhamento do índice de referência com as características ambientais ou sociais promovidas?***
- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparativamente ao índice de referência?***
- ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro em comparativamente ao índice geral de mercado?***

3. Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Prudente FPR** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 427 281 566 euros e um total de capital do Fundo de 424 543 629 euros, incluindo um resultado líquido de 27 050 622 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Prudente FPR**, em 31 de dezembro de 2023, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema

de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

- Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Sociedade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão


Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 2 de fevereiro de 2024



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

4. Balanço do Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Prudente FPR referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2023-12-31

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO				
Código		2023-12-31			2022-12-31		Código		2023-12-31	2022-12-31
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido				
	Outros Activos						Capital do OIC			
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					61	Unidades de Participação	326 856 651	339 868 957	
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					62	Variações Patrimoniais	113 710 658	116 673 054	
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>					64	Resultados Transitados	(43 074 302)	25 858 186	
						65	Resultados Distribuídos			
	Carteira de Títulos					67	Dividendos antecipados das SIM			
21	Obrigações	410 472 682	9 892 967	(14 539 874)	405 825 775	66	Resultado Líquido do Período	27 050 622	(68 932 488)	
22	Ações						<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>424 543 629</u>	<u>413 467 709</u>	
23	Outros Títulos de Capital						Provisões Acumuladas			
24	Unidades de Participação	13 104 598	393 152	(2 932 232)	10 565 518	481	Provisões para Encargos			
25	Direitos						<i>Total de Provisões Acumuladas</i>			
26	Outros Instrumentos da Dívida									
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>423 577 280</u>	<u>10 286 119</u>	<u>(17 472 106)</u>	<u>416 391 292</u>		Terceiros			
						421	Resgates a Pagar aos Participantes	861 713	809 070	
	Outros Activos					422	Rendimentos a Pagar aos Participantes			
31	Outros activos					423	Comissões a Pagar	518 556	504 640	
	<i>Total de Outros Activos</i>					424+...+429	Outras contas de Credores	1 325 775	108	
						43+12	Empréstimos Obtidos			
	Terceiros					44	Pessoal			
411+...+ 418	Contas de Devedores	161 787			161 787	46	Accionistas			
424	Estado e Outros Entes Públicos	600 284			600 284		<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>2 706 044</u>	<u>1 313 818</u>	
	<i>Total de Valores a Receber</i>	<u>762 071</u>			<u>762 071</u>		Acréscimos e diferimentos			
						55	Acréscimos de Custos	8 283	7 934	
	Disponibilidades					56	Receitas com Provento Diferido			
11	Caixa					58	Outros Acréscimos e Diferimentos	23 610	54 210	
12	Depósitos à Ordem	5 785 223			5 785 223	59	Contas transitórias passivas			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>31 893</u>	<u>62 144</u>	
14	Certificados de Depósito									
18	Outros Meios Monetários						TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>427 281 566</u>	<u>414 843 672</u>	
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>5 785 223</u>			<u>5 785 223</u>					
	Acréscimos e diferimentos									
51	Acréscimos de Proveitos	4 342 957			4 342 957					
52	Despesas com Custo Diferido									
58	Outros acréscimos e diferimentos	23			23					
59	Contas transitórias activas									
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>4 342 979</u>			<u>4 342 979</u>					
	TOTAL DO ACTIVO	<u>434 467 554</u>	<u>10 286 119</u>	<u>(17 472 106)</u>	<u>427 281 566</u>					
	Número total de Unidades de Participação em circulação				<u>65 529 913</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>6,4786</u>	<u>6,0680</u>	

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2023-12-31

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS				
Código		2023-12-31	2022-12-31	Código		2023-12-31	2022-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros	21 041 320	16 819 010	935	Futuros	4 890 890	925 680
	<i>Total</i>	21 041 320	16 819 010		<i>Total</i>	4 890 890	925 680
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	21 041 320	16 819 010		<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	4 890 890	925 680
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	4 890 890	925 680	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	21 041 320	16 819 010

5. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Prudente FPR referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Data: **2023-12-31**

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2023-12-31	2022-12-31	Código		2023-12-31	2022-12-31
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	818 607	736 598	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	9 469 069	7 201 620
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	177 407	10 470
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	10 475	8 368		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	5 315 640	5 756 878	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	418 920	
729	De Operações Extrapatrimoniais	8 474	4 359	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	38 891 931	120 694 555	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	62 180 237	53 436 257
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	5 820 297	8 555 967	839	Em Operações Extrapatrimoniais	5 883 100	6 408 729
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	206 852	224 172	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	4 403	1 428
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>78 133 137</u>	<u>67 058 502</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	10 328	10 212		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>51 082 604</u>	<u>135 991 108</u>				
79	Outros Custos e Perdas das SIM				Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			881	Recuperação de Incobráveis		
	Custos e Perdas Eventuais			882	Ganhos Extraordinários		
781	Valores Incobráveis			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
782	Perdas Extraordinárias			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	89	117
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>89</u>	<u>117</u>
788	Outras Custos e Perdas Eventuais						
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período	<u>27 050 622</u>		66	Resultado Líquido do Período		<u>68 932 488</u>
	TOTAL	<u>78 133 226</u>	<u>135 991 108</u>		TOTAL	<u>78 133 226</u>	<u>135 991 108</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	33 165 821	(60 065 047)	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	89	117
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	54 329	(2 151 596)	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	27 257 473	(68 708 316)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	27 050 532	(68 932 605)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	27 050 622	(68 932 488)

6. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Prudente FPR referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-12-2023	31-12-2022
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	38 842 871	54 345 888
Subscrições de unidades de participação	38 842 871	54 345 888
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(54 764 930)	(75 693 839)
Resgates de unidades de participação	(54 764 930)	(75 693 839)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	(15 922 059)	(21 347 952)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	612 072 865	356 871 298
Venda de títulos e outros ativos da carteira	347 245 480	314 115 524
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	212 270 000	35 528 634
Resgates de unidades de participação noutros OIC	43 969 389	
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	418 920	
Juros e proveitos similares recebidos	8 169 077	7 227 140
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(603 217 193)	(336 191 445)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(551 304 005)	(335 359 029)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(51 079 891)	
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	(818 272)	(727 270)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem	(518)	
Outras taxas e comissões	(14 507)	(105 145)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 855 672	20 679 853
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	5 809 960	6 454 308
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	5 809 960	6 404 869
Margem inicial em contratos de futuros e opções		49 439
PAGAMENTOS:	(5 797 039)	(8 502 480)
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(5 777 757)	(8 497 997)
Margem inicial em contratos de futuros e opções	(10 620)	
Comissões em contratos de futuros	(8 661)	(4 484)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	12 921	(2 048 172)
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	170 651	10 970
Juros de depósitos bancários	166 847	10 402
Impostos e Taxas		
Outros recebimentos correntes	3 804	568
PAGAMENTOS:	(5 513 511)	(6 003 466)
Juros Disp./Emprst.	(301)	(9 325)
Comissão de gestão	(5 222 767)	(5 674 349)
Comissão de depósito	(150 450)	(163 459)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(129 420)	(145 539)
Outros pagamentos correntes	(10 573)	(10 794)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(5 342 860)	(5 992 496)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	89	117
Outros recebimentos de operações eventuais	89	117
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	89	117
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	(12 396 235)	(8 708 649)
Disponibilidades no Início do Período:	18 181 458	26 890 107
Disponibilidades no Fim do Período:	5 785 223	18 181 458

7. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2022	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2023
Valor base	339 868 957	31 206 247	(44 218 552)	-	-	-	326 856 651
Diferença p/Valor Base	116 673 054	7 636 625	(10 599 021)	-	-	-	113 710 658
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	25 858 186	-	-	-	(68 932 488)	-	(43 074 302)
Resultados do período	(68 932 488)	-	-	-	68 932 488	27 050 622	27 050 622
Total	413 467 709	38 842 871	(54 817 573)	-	-	27 050 622	424 543 629
Nº de Unidades participação	68 138 687	6 256 390	(8 865 164)	-	-	-	65 529 913
Valor Unidades participação	6,0680	6,2085	(6,1835)	-	-	-	6,4786

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	-
Ups < 0.5%	141 245
TOTAL	141 245

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

ANO	DATA	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2023	31/dez/23	424 543 629	6,4786	65 529 913
	30/set/23	407 660 722	6,1487	66 300 511
	30/jun/23	415 876 965	6,1608	67 503 419
	31/mar/23	417 255 986	6,1544	67 797 913
2022	31/dez/22	413 467 709	6,0680	68 138 687
	30/set/22	409 901 161	6,0156	68 139 388
	30/jun/22	424 617 441	6,2160	68 310 717
	31/mar/22	469 809 509	6,6959	70 163 703
2021	31/dez/21	503 985 801	7,0545	71 441 785
	30/set/21	485 368 340	7,1170	68 198 391
	30/jun/21	455 730 625	7,1303	63 914 717
	31/mar/21	425 853 574	7,1338	59 695 260

Nota 2 – Transações de Valores Mobiliários no Período

O volume de transações do exercício de 2023, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios foi o seguinte:

Descrição	Compras (1)*		Vendas (2) *		Total (1) + (2)	
	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa	Bolsa	Fora de Bolsa
Dívida Pública	279 192 704	-	74 045 426	-	353 238 130	-
Fundo Públicos Equiparados	1 198 932	-	621 025	-	1 819 957	-
Obrigações Diversas	271 730 641	-	270 043 495	3 674 179	541 774 136	3 674 179
Unidades de Participação	52 405 524	-	43 969 389	11 708	96 374 913	11 708
Contratos de Futuros (a)	165 499 245	-	183 389 230	-	348 888 475	-
TOTAL	770 027 047	0	572 068 564	3 685 887	1 342 095 611	3 685 887

*Estes valores não incluem os custos de transação das respetivas operações

(a) Pelo preço de referência

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

Descrição	Valor	Comissões
	Categoria A	Categoria A
Subscrições	38 842 871	-
Resgates	54 817 573	-

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 31 de dezembro de 2023 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr. Fin. Cotados, em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
ESMTB 0% 08/02/24	1 982 146	10 494	-	1 992 640	-	1 992 640
EUB 0% 09/02/24	12 403 373	48 877	-	12 452 250	-	12 452 250
BTF 0% 14/02/24	18 500 581	70 529	-	18 571 110	-	18 571 110
BTF 0% 02/05/24	3 054 458	8 528	-	3 062 986	-	3 062 986
UREN 2,375% 02/12/24	1 951 460	20 220	-	1 971 680	3 893	1 975 574
	37 892 019	158 648	-	38 050 667	3 893	38 054 560
01.01.02 - Outros fundos públicos e equiparados						
FRLBP 4% 03/05/28	1 198 932	36 408	-	1 235 340	31 869	1 267 209
HERIM 0.25 03/12/30	907 110	120 349	-	1 027 459	253	1 027 712
	2 106 042	156 757	-	2 262 799	32 121	2 294 921
01.01.03 - Obrigações diversas						
EDPPL 4.496 30/4/79	531 750	-	(31 750)	500 000	15 110	515 110
CXGD 5.75 31/10/28	798 272	64 584	-	862 856	7 792	870 648
EDPPL 3.875 26/06/28	398 928	12 592	-	411 520	8 026	419 546
SNCF 3,375% 25/05/33	1 094 291	46 024	-	1 140 315	25 937	1 166 252
FRLBP 0,75% 02/08/32	578 501	36 911	-	615 412	2 180	617 592
EDF 1,875 13/10/36	912 222	-	(185 391)	726 831	3 689	730 520
ADPFP 1% 05/01/29	700 000	26 144	-	726 144	7 912	734 056
SNCF 0,875% 28/02/51	160 956	-	(5 178)	155 778	2 208	157 986
RTEFRA 3.75 04/07/35	298 434	15 816	-	314 250	5 564	319 814
EQNR 1,125% 17/02/27	788 885	18 284	-	807 169	9 257	816 426
VATFA 0,125% 12/2/29	844 700	22 140	-	866 840	1 106	867 946
ESBIRE 1.875 14/6/31	520 200	29 034	-	549 234	6 178	555 412
DBHNGR 1,375 03/3/34	599 076	-	(85 956)	513 120	6 852	519 972
DBHNG 3.875%13/10/42	423 146	36 129	-	459 275	3 608	462 883
TENN 4,5% 28/10/34	1 193 892	140 616	-	1 334 508	9 590	1 344 098
ESBIR 3.75% 25/01/43	796 560	-	(792)	795 768	28 027	823 795
FUMVFH 4.5% 26/05/33	698 453	44 002	-	742 455	18 934	761 389
ORSTED 1,50 26/11/29	404 174	12 038	-	416 212	679	416 891
DBHNGR 4% 23/11/43	295 398	33 381	-	328 779	1 279	330 058
ERSTBK 0,87513/05/27	521 350	-	(57 220)	464 130	2 785	466 915
ERSBK 4,25% 30/05/30	795 400	35 152	-	830 552	20 066	850 618
CMZB 5,125% 18/01/30	982 350	65 840	-	1 048 190	48 863	1 097 053
DB 0.75% 02/17/27	1 441 180	-	(40 540)	1 400 640	9 801	1 410 441
ERSTBK .875 15/11/32	1 091 838	-	(129 107)	962 731	1 236	963 967
DB 1,75% 19/11/30	391 781	43 165	-	434 946	1 028	435 974
ANNGR 1,125 14/09/34	534 720	-	(84 348)	450 372	2 010	452 382
LEGGR 1% 19/11/32	694 584	-	(147 758)	546 826	822	547 648
ANNGR 0,625%14/12/29	801 440	25 090	-	826 530	307	826 837
ALVGR 5.824 25/06/53	300 057	28 284	-	328 341	7 638	335 979
LEGGR 0.875 17/01/29	234 543	27 999	-	262 542	2 510	265 052
MBGGR 3% 23/02/27	1 391 964	10 584	-	1 402 548	35 901	1 438 449
ANNGR 0.25 01/09/28	587 720	7 749	-	595 469	583	596 052
TRAGR 4.125 22/11/25	698 488	7 063	-	705 551	3 156	708 707
TRAGR 4.5% 23/11/26	899 730	19 647	-	919 377	4 316	923 693
MBGGR 3.4 13/04/25	1 989 740	8 820	-	1 998 560	48 863	2 047 423
ENGIFP 1,5% PERP	487 500	39 750	-	527 250	787	528 037
BFCM 3,875% 14/02/28	996 350	29 460	-	1 025 810	21 339	1 047 149
BPCEG 4.125 10/07/28	298 581	12 783	-	311 364	5 917	317 281
ENGIF 3.625 06/12/26	1 198 932	18 384	-	1 217 316	3 090	1 220 406
CAFP 4.375% 14/11/31	398 044	26 696	-	424 740	2 295	427 035
BPCEGP 3,5% 25/01/28	1 389 556	26 446	-	1 416 002	45 778	1 461 780
ENGIFP 4.25 11/01/43	295 656	19 161	-	314 817	12 401	327 218
RENAUL 4.5% 06/04/27	1 705 083	59 324	-	1 764 407	56 999	1 821 405
SOCGE 5,25% 06/09/32	497 745	21 820	-	519 565	8 391	527 956
SUEZ 2,875% 24/05/34	594 792	-	(33 684)	561 108	10 463	571 571
BNP 3,875% 23/02/29	1 397 438	30 492	-	1 427 930	46 373	1 474 303
BNFP 3.47 22/05/31	1 000 000	28 520	-	1 028 520	21 237	1 049 757
BFCM 4,125% 18/09/30	598 284	32 628	-	630 912	7 100	638 012
CMAR 4,125% 01/02/34	495 430	30 668	-	526 098	1 752	527 850
CAFP 3.75% 10/10/30	298 962	7 938	-	306 900	2 551	309 451
ORAFP 0 11/09/35	599 436	39 186	-	638 622	7 115	645 737
DGFP 2,75% 02/09/32	890 262	-	(15 381)	874 881	8 182	883 063
EDF 3.75% 05/06/27	1 197 312	25 668	-	1 222 980	3 320	1 226 300
HOFP 4.125 18/10/28	996 060	49 190	-	1 045 250	8 453	1 053 703
BFCM 3.75% 01/02/33	694 960	21 707	-	716 667	24 021	740 688
ACAFF 4.375 27/11/33	298 713	17 613	-	316 326	1 255	317 581
ENGIFP 1% 26/10/36	982 970	-	(236 750)	746 220	1 831	748 051
ENGIF 0,375 26/10/29	690 333	-	(91 161)	599 172	481	599 653
ORFP 3.375% 23/01/27	1 198 668	22 116	-	1 220 784	4 327	1 225 111
ENGIF 3.875 06/01/31	993 290	42 500	-	1 035 790	12 421	1 048 211

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
BNFP 3.071 07/09/32	830 700	69 516	-	900 216	8 760	908 976
BSTLAF 4% 21/01/27	498 305	10 835	-	509 140	8 986	518 126
ACAFF 5.875 25/10/33	198 190	21 844	-	220 034	2 183	222 217
RTEFRA 3.5% 07/12/31	599 298	19 524	-	618 822	1 434	620 256
ENGIF 3.875 06/12/33	496 020	21 065	-	517 085	1 376	518 461
KERF 3,625% 05/09/31	804 200	25 640	-	829 840	9 350	839 190
KERFP 3.625 05/09/27	799 440	19 304	-	818 744	9 350	828 093
RIFP 3.75% 15/09/27	699 237	19 121	-	718 358	7 746	726 104
ENGIFP 4.5% 06/09/42	493 755	45 450	-	539 205	7 193	546 398
MCFFP 3.25% 07/09/29	1 293 669	33 852	-	1 327 521	13 391	1 340 912
BNFP 3.706% 13/11/29	500 000	22 210	-	522 210	2 481	524 691
CMARK 0,75 18/01/30	1 292 187	-	(172 920)	1 119 267	9 296	1 128 563
BPCEGP 4% 29/11/32	696 038	35 511	-	731 549	2 525	734 074
SOCGEN4,75% 28/09/29	895 347	43 371	-	938 718	11 096	949 814
BNP 2,5% 31/03/32	892 200	55 330	-	947 530	18 852	966 382
SANFP 1,25% 06/04/29	1 593 030	83 508	-	1 676 538	16 598	1 693 136
CMARK4,125% 02/04/31	992 200	56 000	-	1 048 200	10 256	1 058 456
ACAF 3.875% 20/04/31	498 850	18 115	-	516 965	13 552	530 516
BNP 4,125% 26/09/32	894 474	47 808	-	942 282	9 839	952 121
COVFP 4.625 05/06/32	398 644	16 120	-	414 764	1 365	416 129
ULFP 4.125% 11/12/30	397 572	14 588	-	412 160	947	413 107
VPARKI 4,5% 18/04/30	790 152	42 712	-	832 864	7 377	840 241
VOD 2.5 24/05/39	451 788	-	(101 176)	350 612	6 066	356 678
KBCBB 0,5% 03/12/29	1 195 276	-	(43 744)	1 151 532	475	1 152 007
CCBG 0,125% 28/01/30	1 124 032	69 776	-	1 193 808	1 621	1 195 429
FLUVIU 0,625 24/11/3	993 160	-	(173 820)	819 340	649	819 989
KBCBB 4.375 23/11/27	1 296 958	35 503	-	1 332 461	6 060	1 338 521
CCBGBB 4.125 12/9/29	799 208	29 544	-	828 752	10 008	838 760
FLUVI 3.875 18/03/31	690 935	33 817	-	724 752	7 782	732 534
KBCBB 4.25% 28/11/29	895 401	28 917	-	924 318	3 553	927 871
UCGIM 4.6% 14/02/30	699 209	31 724	-	730 933	4 235	735 167
SEVFP 1.75 10/9/25	1 919 800	33 960	-	1 953 760	10 806	1 964 566
EDF 1.625 27/11/25	1 235 806	29 549	-	1 265 355	2 020	1 267 375
BPCECB 1% 08/06/29	1 134 926	52 637	-	1 187 563	7 352	1 194 915
CMARK 1.875 25/10/29	1 249 894	-	(79 498)	1 170 396	4 180	1 174 576
BNP 1 29/11/24	936 710	34 120	-	970 830	902	971 732
ACAF 2,625 29/1/2048	449 045	15 955	-	465 000	12 118	477 118
VPARK 1.625 19/04/28	1 579 950	-	(182 415)	1 397 535	17 116	1 414 651
ULFP 2.25 14/05/38	363 920	-	(33 492)	330 428	5 705	336 133
UMGVVY 1.625 02/7/29	495 990	-	(43 770)	452 220	4 063	456 283
ULFP 1.75 01/07/49	299 745	30 285	-	330 030	4 399	334 429
ORAFP 1.375% 04/9/49	495 020	-	(130 590)	364 430	2 235	366 665
ULFP 0,875% 29/03/32	288 124	33 120	-	321 244	2 658	323 902
VIEFP 0.664 15/01/31	629 024	50 032	-	679 056	5 108	684 164
TEREGA 0.625 27/2/28	198 698	-	(20 162)	178 536	1 055	179 591
BNP 1,125% 17/04/29	1 301 325	57 495	-	1 358 820	11 942	1 370 762
VIEFP 0.8 15/01/32	554 750	29 414	-	584 164	5 385	589 549
FRLBP 0.5 17/06/26	1 491 315	-	(57 293)	1 434 022	4 068	1 438 090
ACAFF 2 17/07/30	995 880	-	(118 200)	877 680	9 205	886 885
CNFPF 0.375 08/03/28	1 196 580	-	(137 256)	1 059 324	3 676	1 063 000
ACAFF 2.5 29/08/29	1 793 844	-	(59 130)	1 734 714	15 369	1 750 083
SUEZF 2.375 24/05/30	699 600	55 872	-	755 472	11 525	766 997
FRLBP 4.375 17/01/30	996 100	37 320	-	1 033 420	41 832	1 075 252
VIEFP 2.25 PERP	1 165 200	-	(31 200)	1 134 000	18 885	1 152 885
LAMON 0.75 20/04/26	1 798 350	-	(17 594)	1 780 756	9 967	1 790 723
DGF 3.375 17/10/32	391 212	15 752	-	406 964	2 803	409 767
BNP 0.50 19/01/30	2 570 321	-	(341 133)	2 229 188	12 359	2 241 547
WLNF 4.125 12/09/28	599 148	-	(3 348)	595 800	7 506	603 306
FRPTT 0 18/07/29	1 485 045	-	(213 705)	1 271 340	-	1 271 340
SOCGEN 0.5 12/06/29	1 493 595	-	(191 985)	1 301 610	4 160	1 305 770
BFCM 0 0.25 19/07/28	697 977	-	(91 714)	606 263	796	607 059
SOCGEN 4.125 02/6/27	1 199 916	30 876	-	1 230 792	28 807	1 259 599
SOCGEN 4% 16/11/27	1 796 796	48 042	-	1 844 838	9 049	1 853 887
ICADFP 0.625 18/1/31	449 010	24 702	-	473 712	3 575	477 287
ACAFF 4.125 07/03/30	596 250	31 194	-	627 444	20 287	647 731
ORFP 2.875 19/05/28	1 074 392	30 261	-	1 104 653	19 614	1 124 267
CNFPF 5.25 18/07/53	699 622	26 859	-	726 481	16 768	743 249
BFCM 0.01 11/05/26	1 510 841	68 391	-	1 579 232	109	1 579 341
BFCM 0.625 03/11/28	896 175	-	(107 532)	788 643	907	789 550
MACIFS 2.125 21/6/52	198 568	-	(44 356)	154 212	2 253	156 465
MACIFS 0.625 21/6/27	397 380	-	(34 972)	362 408	1 325	363 733
ORAFP 0.75 29/06/34	876 392	-	(77 312)	799 080	3 811	802 892
TELEFO1.957 01/07/39	750 000	-	(142 260)	607 740	7 379	615 119
NNGRNV 4,5% PERP	1 169 400	27 000	-	1 196 400	25 082	1 221 482
NYKRE 0 17/07/28	1 298 687	20 995	-	1 319 682	23 869	1 343 551
NYKRE 0.875 28/07/31	989 840	-	(75 990)	913 850	3 753	917 603
NYKRE 4.625 19/01/29	895 644	35 127	-	930 771	4 676	935 447
JPM 1.001 25/7/31	567 765	28 061	-	595 826	3 072	598 898
PM 0.8 01/08/31	810 296	-	(156 096)	654 200	2 675	656 875
PM 1.45 01/08/39	379 734	13 584	-	393 318	3 637	396 955

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
REPSM 0.25% 02/08/27	626 626	8 295	-	634 921	729	635 650
KYGID 0.625 20/09/29	1 392 450	-	(67 088)	1 325 362	2 638	1 328 000
DHR 1.35 18/09/39	238 542	-	(71 702)	166 840	854	167 694
SMSLNL 0.875 12/9/26	1 026 400	-	(91 010)	935 390	2 654	938 044
RBIAN 0.375 25/09/26	1 540 800	-	(75 472)	1 465 328	1 607	1 466 935
CCE 2.75 06/05/26	683 202	-	(91 458)	591 744	10 820	602 564
AXASA 3 7/8 PERP	1 827 840	-	(247 840)	1 580 000	14 399	1 594 399
RDSALNO.875 08/11/39	1 273 116	-	(371 553)	901 563	1 678	903 241
FCCSER1.661 12/04/26	1 200 000	-	(53 316)	1 146 684	1 525	1 148 209
CCHL 0,625% 21/11/29	770 400	9 225	-	779 625	630	780 255
ERSTBK 1 10/06/30	596 610	-	(29 646)	566 964	3 361	570 325
DT 1,75% 09/12/49	188 190	49 590	-	237 780	330	238 110
AMP 4.125 07/09/2034	396 640	24 816	-	421 456	5 230	426 686
ENIIM 0.625% 23/1/30	609 848	37 208	-	647 056	4 405	651 460
CITI 2,125% 10/09/26	576 180	1 308	-	577 488	3 936	581 424
ORAFP 5% PERP	1 016 250	2 500	-	1 018 750	12 568	1 031 318
TELNO 0,25% 14/02/28	626 115	2 324	-	628 439	1 539	629 978
CEPSA 0.75% 12/02/28	1 985 690	-	(191 390)	1 794 300	13 274	1 807 574
JPM 0.389% 24/02/28	1 219 833	54 699	-	1 274 532	4 640	1 279 172
SLHNX 0.5 15/09/31	1 210 745	-	(223 088)	987 657	1 796	989 452
CARLB 0,625 09/03/30	557 100	-	(41 208)	515 892	3 053	518 945
VATFAL 0.05 15/10/25	827 388	24 696	-	852 084	96	852 180
UBS 0.25 03/11/26	1 093 301	-	(62 866)	1 030 435	443	1 030 877
FLYFP 0,5% 21/04/28	394 980	53 520	-	448 500	1 747	450 247
SOCGE 4,25% 06/12/30	597 156	12 984	-	610 140	1 811	611 951
SSELN 1.25 16/04/25	1 907 600	34 860	-	1 942 460	17 760	1 960 220
SSELN 1.75 16/04/30	1 091 500	-	(174 210)	917 290	12 432	929 722
CS 2,125% 13/10/26	1 902 706	-	(46 492)	1 856 214	8 872	1 865 085
VZ 1.85 18/05/40	779 867	-	(165 274)	614 593	8 989	623 583
TTEFP 1.618 18/05/40	1 011 525	-	(143 075)	868 450	11 087	879 537
ENAGAS 1.25% 6/2/25	1 438 005	23 970	-	1 461 975	16 901	1 478 876
AMSSM 2.875 20/05/27	1 261 416	29 107	-	1 290 523	23 079	1 313 602
CFRV 1,625% 26/05/40	280 460	40 800	-	321 260	3 907	325 167
T 2.6 19/05/38	887 408	63 333	-	950 741	17 738	968 479
ENIIM 1,5% 02/02/26	1 244 750	8 099	-	1 252 849	17 790	1 270 639
OPBANK 1.625 09/6/30	995 580	-	(40 720)	954 860	9 146	964 006
SRGIM 0.75% 17/06/30	555 450	39 851	-	595 301	2 840	598 141
CARLB 0.375 30/06/27	623 029	15 595	-	638 624	1 330	639 955
DBHNG 0.875 23/06/39	429 418	42 749	-	472 167	2 984	475 151
IFXGR 1,625 24/06/29	860 144	-	(117 992)	742 152	6 784	748 936
TTEFP 2,625 PERP	710 815	-	(25 690)	685 125	15 556	700 681
XOM 0.835% 26/06/32	795 600	-	(49 725)	745 875	3 881	749 756
T 2.45 % 15/03/35	484 476	50 184	-	534 660	11 728	546 388
PCLN 1.8% 3/3/27	1 024 980	35 277	-	1 060 257	16 446	1 076 703
KMI 2.25 16/03/27	2 334 032	-	(312 677)	2 021 355	37 568	2 058 923
HELNSW 2.75 30/09/41	1 115 480	-	(249 120)	866 360	6 988	873 348
TACHEM 1 09/07/29	1 598 713	-	(176 169)	1 422 544	7 694	1 430 238
TACHEM1.375 09/07/32	998 900	-	(141 470)	857 430	6 612	864 042
BAYNGR1,125 06/01/30	983 040	51 816	-	1 034 856	13 315	1 048 171
BAYNGR1.375 07/06/32	299 703	-	(55 692)	244 011	2 017	246 028
NGGL 0.823% 07/07/32	160 906	18 168	-	179 074	881	179 954
FLOEP 4.875 03/07/28	998 000	41 090	-	1 039 090	24 242	1 063 332
DEVOBA 1.75 22/10/30	599 778	-	(34 206)	565 572	2 037	567 609
SLHNV 3,25% 31/08/29	684 742	6 465	-	691 207	7 536	698 743
BKTSM 4.375 03/05/30	599 598	23 898	-	623 496	17 428	640 924
MAPS 2,875% 13/04/30	297 180	-	(22 992)	274 188	6 198	280 386
OMVAV 2.5 PERP	500 000	-	(28 750)	471 250	4 167	475 417
VOD 2.625 27/08/80	1 500 000	-	(76 875)	1 423 125	13 663	1 436 788
SAMPFH 2.5% 09/03/52	397 792	-	(61 612)	336 180	3 279	339 459
AMT 0.5 15/01/28	1 238 100	101 070	-	1 339 170	7 212	1 346 382
UBS 4.375& 11/01/31	594 060	27 048	-	621 108	25 531	646 639
MDT 0,375% 15/10/28	1 104 181	53 469	-	1 157 650	1 039	1 158 689
PEP 1.05% 09/10/50	113 480	17 406	-	130 886	482	131 368
EURO 1,875% 10/06/25	1 253 070	18 512	-	1 271 582	13 653	1 285 235
SLHNX 4,375% PERP	1 129 395	-	(138 145)	991 250	23 788	1 015 038
BAC 0.654 26/10/31	451 860	38 310	-	490 170	718	490 888
MS 0.495 26/10/29	1 736 175	77 679	-	1 813 854	1 908	1 815 762
AKFA 1.125% 11/01/29	200 230	7 533	-	207 763	2 735	210 498
HSBC 0.309 13/11/26	600 000	-	(34 140)	565 860	248	566 108
INTNED 0.25 18/02/29	1 408 950	-	(106 455)	1 302 495	3 257	1 305 752
TENN 0.125 30/11/32	422 700	14 210	-	436 910	55	436 965
CCE 0.2 02/12/28	870 503	46 914	-	917 417	172	917 589
DBHNGR .625 08/12/50	796 296	-	(353 384)	442 912	328	443 240
VW 0,5% 12/01/29	802 480	65 320	-	867 800	4 849	872 649
ABIBB 2,75 17/03/36	400 420	-	(17 704)	382 716	8 716	391 432
NATUEN 0.905 22/1/31	1 000 000	-	(205 460)	794 540	8 529	803 069
TSCOLN 0.375 27/7/29	745 013	-	(106 661)	638 352	1 214	639 566
TOTAL 1.625 PERP	1 000 000	-	(105 000)	895 000	15 182	910 182
TELEFO 2.376 PERP	320 000	28 000	-	348 000	6 076	354 076
IBESM 1.45 PERP	904 700	5 300	-	910 000	12 951	922 951

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
PLD 0.5 16/02/32	970 180	-	(184 180)	786 000	4 370	790 370
SANTAN 0.2% 11/02/28	493 610	37 618	-	531 228	1 065	532 294
BDX 1.213 12/02/36	495 660	-	(107 025)	388 635	5 367	394 002
ENELIM 1,875% PERP	216 750	20 625	-	237 375	1 767	239 142
ABIBB 1.65% 28/03/31	791 874	35 649	-	827 523	11 320	838 843
PRIFI 0,75% 23/03/33	747 008	-	(172 140)	574 868	4 365	579 232
APAAU 0,75% 15/03/29	732 366	52 371	-	784 737	5 385	790 122
ISPIM 0% 16/03/28	667 808	51 584	-	719 392	4 770	724 162
ADNA 0.375 18/03/30	655 136	24 128	-	679 264	2 369	681 633
CDTF 0,625% 19/03/30	892 210	-	(48 390)	843 820	4 918	848 738
IMPTOB 1.75 18/03/33	1 478 168	-	(226 296)	1 251 872	22 109	1 273 981
VZ 0.375 22/03/29	2 163 376	-	(77 296)	2 086 080	7 008	2 093 088
EUROG 0.741 21/04/33	679 344	-	(46 784)	632 560	4 141	636 701
LUCSHI 0.75 22/04/33	762 590	39 170	-	801 760	5 205	806 965
CCE 0.875 06/05/33	787 434	-	(142 034)	645 400	4 590	649 990
KO 0.95% 06/05/36	426 720	42 348	-	469 068	3 738	472 806
AKERBP 1.125 12/5/29	486 844	-	(49 764)	437 080	3 524	440 605
HITTFPO.625 14/09/28	394 780	-	(40 732)	354 048	745	354 793
ERFFP 0.875 19/05/31	496 090	-	(88 750)	407 340	2 713	410 053
KUTXAB 4% 01/02/28	999 240	13 620	-	1 012 860	36 603	1 049 463
CCBGBB 3.875 12/6/28	1 394 167	39 258	-	1 433 425	30 089	1 463 514
RYAID 0.875 25/05/26	605 894	-	(30 901)	574 993	3 218	578 211
VVOYHT 0.875 28/5/29	346 654	-	(70 137)	276 517	1 824	278 341
CS 0,25 05/01/26	1 210 705	-	(14 276)	1 196 429	3 155	1 199 584
MRLSM 1,375%01/06/30	387 500	36 715	-	424 215	4 020	428 235
AZN 0.375 03/06/29	896 256	-	(103 338)	792 918	1 955	794 873
ENELIM 0 17/06/27	1 578 575	-	(135 327)	1 443 248	-	1 443 248
ENELIM 0,50 17/06/30	691 830	64 305	-	756 135	2 434	758 569
NWG 0.125 18/06/26	796 856	-	(55 904)	740 952	540	741 492
CTPNV 1,25 21/06/29	702 233	-	(122 395)	579 838	4 638	584 476
ASSGEN 1.713 30/6/32	960 000	-	(189 600)	770 400	8 312	778 712
AEMS 0,625% 15/07/31	442 902	40 332	-	483 234	1 742	484 976
TMO 1.625 18/10/41	578 304	-	(31 439)	546 865	2 391	549 256
BACR 0.577% 08/09/29	761 425	57 314	-	818 739	2 172	820 911
NGGLN 0,75 01/09/33	348 312	-	(77 508)	270 804	883	271 687
JYBC 0.05 02/09/26	1 151 611	-	(66 874)	1 084 737	191	1 084 928
GM 0.65 07/09/28	415 050	26 060	-	441 110	1 030	442 140
MDLZ 0,625% 09/09/32	566 430	40 628	-	607 058	1 460	608 518
NIBCAP 0.25 09/09/26	1 199 112	-	(100 608)	1 098 504	934	1 099 438
CMCSA 0 14/09/26	805 463	-	(58 321)	747 142	-	747 142
NWIDE 0.25 14/09/28	796 512	-	(98 296)	698 216	596	698 812
SANUK 0.603 13/09/29	913 000	-	(129 089)	783 911	1 655	785 566
CATSS 0,875 17/09/29	203 850	27 696	-	231 546	762	232 308
NNGRNV 0.5 21/09/28	1 001 700	-	(118 650)	883 050	1 393	884 443
BPLN 1.467 21/09/41	382 000	-	(111 762)	270 238	1 562	271 800
INTNED 0.375 29/9/28	1 500 616	-	(78 600)	1 422 016	1 541	1 423 557
MCD 0.875 04/10/33	797 376	-	(150 560)	646 816	1 702	648 518
AMT 0.95 05/10/30	297 795	-	(45 807)	251 988	685	252 673
VESTNL 0.75 18/10/31	591 654	-	(107 436)	484 218	922	485 140
BPPEH 1,625 20/04/30	493 693	-	(95 530)	398 163	5 626	403 789
AEMSPA 1% 02/11/33	212 643	18 834	-	231 477	492	231 969
KHC 2,25% 25/05/28	1 117 886	43 534	-	1 161 420	16 303	1 177 724
IBESM 1.575 PERP	462 240	-	(17 240)	445 000	990	445 990
NNGRNV .875 23/11/31	1 097 690	-	(157 025)	940 665	1 026	941 691
TALANX 1.75 01/12/42	297 393	-	(48 648)	248 745	445	249 190
NTT 0.082% 13/12/25	1 932 428	48 061	-	1 980 489	89	1 980 579
RDSALN 1,25%12/05/28	907 830	27 360	-	935 190	7 992	943 182
ARND 0,375% 15/04/27	388 650	16 745	-	405 395	1 337	406 732
AXASA 1,875 10/07/42	620 444	-	(107 488)	512 956	5 603	518 559
LOGIC 1,625 17/01/30	892 197	-	(119 367)	772 830	13 984	786 814
ENEL 0,875% 17/01/31	634 720	40 032	-	674 752	6 693	681 445
BALDER 2 18/01/31	685 702	-	(178 708)	506 994	13 119	520 113
SRGIM 0,75 20/06/29	608 542	-	(73 593)	534 949	2 445	537 395
HEIBO 1,375 24/07/28	847 980	-	(230 773)	617 207	5 171	622 379
OPBAN 0,625 27/07/27	621 950	-	(53 100)	568 850	1 686	570 536
VW 0,875 31/01/28	1 390 028	-	(96 455)	1 293 574	11 476	1 305 050
SSELN 4 PERP	709 000	-	(23 043)	685 957	19 813	705 770
SBAB 0,5 08/02/27	735 897	-	(57 099)	678 798	3 306	682 104
GS 1.25 07/02/29	914 075	-	(94 882)	819 193	10 301	829 493
SGROL 1,875 23/03/30	300 443	-	(20 581)	279 862	4 423	284 285
EDPP 1,875% 21/09/29	299 556	-	(19 014)	280 542	1 568	282 110
CEZCP 2.375 06/04/27	603 546	-	(20 525)	583 021	10 617	593 638
STLA 2.75 01/04/32	998 960	-	(62 540)	936 420	20 663	957 083
BKIR 1,875% 05/06/26	1 398 719	-	(34 664)	1 364 055	15 083	1 379 138
DGEL 1,875% 08/06/34	1 184 946	-	(27 348)	1 157 598	13 786	1 171 384
TENN 2,75% 17/05/42	491 265	-	(23 625)	467 640	8 603	476 243
RWE 2,125% 24/05/26	1 621 766	42 381	-	1 664 147	21 912	1 686 059
NGGLN 2.95% 30/03/30	1 199 988	-	(28 332)	1 171 656	26 792	1 198 448
STEDI 2.375 03/06/30	893 862	-	(34 101)	859 761	12 381	872 142
NOKIA 4.375 21/08/31	184 156	2 187	-	186 343	2 941	189 285

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
URENCO 3.25 13/06/32	490 967	3 419	-	494 386	8 825	503 211
GS 1,25 01/05/25	3 082 460	-	(174 050)	2 908 410	25 171	2 933 581
SSELN 2.875 01/08/29	599 472	-	(5 250)	594 222	7 211	601 433
UBS 0,25% 29/01/26	556 260	18 774	-	575 034	1 385	576 419
ABBV 2,125% 17/11/28	915 500	50 720	-	966 220	2 613	968 833
MUFG 3.273%19/09/25	818 000	-	(5 039)	812 961	7 608	820 569
DNBN 3,125% 21/09/27	2 195 842	-	(1 144)	2 194 698	19 160	2 213 858
ESSITY 3% 21/09/26	604 882	1 596	-	606 478	5 075	611 552
ACAFP 1.875 20/12/26	1 237 224	13 987	-	1 251 211	799	1 252 010
EDP 3,875% 11/03/30	179 417	7 153	-	186 570	5 641	192 211
BBVA 4.375% 14/10/29	995 570	68 840	-	1 064 410	9 443	1 073 853
TALANX 4% 25/10/29	1 295 723	61 386	-	1 357 109	9 661	1 366 770
BFCM 4.75% 10/11/31	597 384	39 096	-	636 480	4 049	640 529
VZ 4,75% 31/10/34	699 244	78 036	-	777 280	5 633	782 913
NTGYS 1,375 19/01/27	1 478 512	40 224	-	1 518 736	20 915	1 539 651
IBESM 3.375 22/11/32	895 716	24 138	-	919 854	3 320	923 174
ACHM 3.625% 29/11/25	744 836	5 438	-	750 274	2 438	752 713
BACR 5.262% 29/01/34	445 000	32 432	-	477 432	25 533	502 965
VOD 3,75% 02/12/34	597 438	22 926	-	620 364	1 844	622 208
MET 3.75 % 05/12/30	502 601	16 665	-	519 266	1 397	520 663
EOANG 3.875 12/01/35	315 726	15 970	-	331 696	11 951	343 647
SANTAN3.875 16/01/28	994 830	28 960	-	1 023 790	37 158	1 060 948
NGGLN 3.875 16/01/29	813 000	22 626	-	835 626	30 209	865 835
DBHNG 3.625 18/12/37	599 280	29 700	-	628 980	832	629 811
UCGIM 4.8 17/01/29	1 306 175	54 821	-	1 360 996	59 665	1 420 661
HITTFP 4.25 18/03/30	495 515	19 500	-	515 015	20 260	535 275
AIB 4,625% 23/07/29	490 514	17 850	-	508 364	10 072	518 436
ATOST 4,75% 24/01/31	242 524	8 486	-	251 009	10 860	261 869
IBM 4% 06/02/43	499 185	19 290	-	518 475	18 027	536 502
BDX 3.553% 13/09/29	1 045 969	23 221	-	1 069 190	11 170	1 080 359
IMBLN 5.25% 15/02/31	358 391	14 270	-	372 661	16 570	389 231
VOD 4% 10/02/43	642 980	17 466	-	660 446	23 151	683 597
INTNED 5 20/02/35	590 622	29 910	-	620 532	25 890	646 422
BATSL 5.375 16/02/31	1 198 020	64 776	-	1 262 796	56 371	1 319 167
SIEGR 3,5% 24/02/36	628 740	-	(6 774)	621 966	17 893	639 859
AT&T 03.55% 18/11/25	1 618 186	12 328	-	1 630 514	6 914	1 637 427
AT&T 3.95 30/04/31	374 561	15 829	-	390 390	9 227	399 618
UNANA 3.5% 23/02/35	606 882	33 856	-	640 738	18 280	659 018
UNANA 3.25% 02/23/31	605 092	20 908	-	626 000	16 974	642 974
DEVOBA 0 28/02/2030	597 984	26 598	-	624 582	23 975	648 557
TSCOL 4,25% 27/02/31	1 094 522	54 835	-	1 149 357	39 449	1 188 806
AZN 3.751% 03/03/32	799 936	43 432	-	843 368	24 925	868 293
MS 4.656% 02/03/29	743 000	27 915	-	770 915	28 734	799 649
BASGR 0 08/03/32	598 854	42 360	-	641 214	20 832	662 046
ADNA 3.5 04/04/28	612 087	14 369	-	626 456	15 945	642 400
NWG 4.699% 14/03/28	489 000	14 685	-	503 685	18 395	522 080
MRDGF 2,25 11/04/29	978 291	-	(170 829)	807 462	14 662	822 124
TOYOTA 4.05%13/09/29	1 097 998	57 893	-	1 155 891	13 389	1 169 280
HSBC 4.787% 10/03/32	623 520	12 024	-	635 544	23 307	658 851
AALLN 4,5% 15/09/28	409 780	6 492	-	416 272	5 311	421 583
HEIAN 3.875 23/09/30	1 195 236	63 096	-	1 258 332	12 705	1 271 037
VW 4.25% 29/03/29	399 440	16 188	-	415 628	12 913	428 541
ACAFP 1,375%03/05/27	1 197 820	36 387	-	1 234 207	11 868	1 246 075
GIS 3.907 13/04/29	244 000	8 037	-	252 037	6 850	258 887
NGTRAN 4.25 05/04/30	624 775	24 944	-	649 719	19 668	669 387
ASSGE 5.399 20/04/33	300 000	17 625	-	317 625	11 329	328 954
ANESM 3.75% 25/04/30	496 380	-	(1 050)	495 330	12 859	508 189
AXA 5.5% 31/07/43	497 685	39 285	-	536 970	13 074	550 044
HERIM 4.25% 20/04/33	179 138	7 497	-	186 635	5 351	191 986
RABOB 4.233 25/04/29	2 097 360	61 230	-	2 158 590	60 962	2 219 552
ABNAN 4.375 20/10/28	2 496 426	98 524	-	2 594 950	21 815	2 616 765
EUROG 3.722 27/04/30	1 100 000	24 849	-	1 124 849	27 854	1 152 703
JYBC 5% 26/10/28	587 829	24 073	-	611 902	5 382	617 284
NNGRNV 6% 03/11/43	612 878	42 177	-	655 055	5 948	661 004
VW 4,375% 03/05/28	1 194 468	43 944	-	1 238 412	34 857	1 273 269
NDASS 4.125 05/05/28	797 624	30 224	-	827 848	21 730	849 578
ULFP 1,5% 29/05/29	317 666	24 199	-	341 865	3 335	345 200
BBVA 4.125% 10/05/26	1 099 208	8 294	-	1 107 502	29 258	1 136 760
BPLN 4.323% 12/05/35	600 000	39 342	-	639 342	16 583	655 925
BKNG 4.125% 12/05/33	316 187	23 764	-	339 951	8 410	348 361
ENIIM 4,25% 19/05/33	497 525	28 175	-	525 700	13 180	538 880
ISPIM 4,875 19/05/30	672 000	36 019	-	708 019	20 318	728 337
BMW 3,25% 22/07/30	993 290	30 260	-	1 023 550	14 474	1 038 024
SANTAN 5.75 23/08/33	500 290	25 035	-	525 325	10 290	535 615
LLOY 4.125% 30/05/27	427 255	11 042	-	438 297	10 419	448 717
RBOSG 3.625 02/06/30	596 508	19 476	-	615 984	12 658	628 642
RBOSG 4.375 02/06/43	298 389	23 676	-	322 065	7 638	329 703
VW 3 7/8 PERP	540 000	30 000	-	570 000	12 768	582 768
T 3.15 04/09/36	286 578	-	(71 763)	214 815	2 356	217 170
BAYNG 4.625 26/05/33	495 465	30 300	-	525 765	13 900	539 665

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
STATK 3.5% 09/06/33	621 994	25 194	-	647 187	12 312	659 499
FIREIT 4.375 06/6/33	495 725	15 970	-	511 695	12 491	524 186
UNANA 3.4% 06/06/33	463 736	19 605	-	483 341	9 067	492 408
CABK 4,375% 08/06/26	997 720	19 270	-	1 016 990	24 744	1 041 734
STLA 4.25% 16/06/31	893 673	42 813	-	936 486	20 797	957 283
SANTAN 4.25 12/06/30	699 251	32 207	-	731 458	16 501	747 958
OPBANK 4% 13/06/28	999 870	33 610	-	1 033 480	22 077	1 055 557
ATOS 5,125% 14/06/33	498 085	24 785	-	522 870	14 073	536 943
ABNA 3,875% 21/12/26	1 396 528	32 340	-	1 428 868	1 630	1 430 498
SEB 4.125 29/06/27	899 541	27 810	-	927 351	18 867	946 218
BKIR 5% 04/07/31	623 013	43 519	-	666 532	15 454	681 986
ADBIT 4.875 10/07/33	495 595	31 840	-	527 435	11 655	539 090
ABESM 4.125 31/01/28	299 118	9 873	-	308 991	6 103	315 094
TAAV 5.25% 13/07/28	596 862	38 724	-	635 586	14 803	650 389
CRHID 4.25% 11/07/35	595 746	35 634	-	631 380	12 123	643 503
IBES 3,625% 13/07/33	697 865	28 273	-	726 138	11 925	738 063
CABKSM 5% 19/07/29	995 810	51 310	-	1 047 120	22 678	1 069 798
SMDSLN 4.5 27/07/30	696 668	31 647	-	728 315	13 636	741 951
TOYOTA 3.85 24/07/30	699 111	27 853	-	726 964	11 855	738 819
FCCSER 5.25 30/10/29	308 000	23 069	-	331 069	2 783	333 852
EOANGR 3.75 01/03/29	298 953	11 733	-	310 686	3 842	314 528
EOANGR 4% 29/08/33	356 720	22 806	-	379 526	4 918	384 444
ISPIM 5.125 29/08/31	595 698	45 162	-	640 860	10 502	651 362
SSELN 4% 05/09/31	599 796	28 230	-	628 026	7 738	635 764
VV 7.875% PERP	300 000	39 525	-	339 525	7 552	347 077
CABKSM 4.25 06/09/30	697 466	30 653	-	728 119	9 510	737 629
PHIANA 4.25 08/09/31	598 446	17 136	-	615 582	8 012	623 594
FERSM 4.375 13/09/30	697 109	41 979	-	739 088	9 204	748 292
LLOYDS4,75% 21/09/31	611 316	39 852	-	651 168	8 141	659 309
ASRNE 3.625 12/12/28	311 751	5 478	-	317 229	620	317 849
CARLB 4 % 05/10/28	248 625	10 648	-	259 273	2 404	261 677
TOYOTA 4% 02/04/27	851 097	27 537	-	878 634	8 473	887 107
RY 4.375% 02/10/30	995 630	57 350	-	1 052 980	10 878	1 063 858
BMW 3.875% 04/10/28	1 495 380	73 650	-	1 569 030	14 134	1 583 164
EDPPL4,375% 04/04/32	365 531	29 240	-	394 771	3 926	398 697
EOANGR 1,25%19/10/27	904 300	37 420	-	941 720	2 527	944 247
SANT 4,875% 18/10/31	695 653	50 932	-	746 585	6 993	753 577
AIB 5.25% 23/10/31	995 430	86 445	-	1 081 875	10 041	1 091 916
RABOB 3.193 03/11/26	1 200 000	27 276	-	1 227 276	7 569	1 234 845
SHBASS 3.87510/05/27	998 930	22 240	-	1 021 170	5 505	1 026 675
JYBC 4,875% 10/11/29	538 618	23 674	-	562 292	3 740	566 032
SWEDA 4.125 13/11/28	685 413	27 589	-	713 002	3 800	716 802
BKIR 4.625% 13/11/29	498 320	22 280	-	520 600	3 096	523 696
NESNVX 3.5% 17/01/30	799 280	36 240	-	835 520	3 682	839 202
HEIA 3,625% 15/11/26	374 288	6 829	-	381 116	1 746	382 862
HEIGR 4.875 21/11/33	490 900	42 030	-	532 930	2 731	535 661
TELEF 4.183 21/11/33	500 000	26 760	-	526 760	2 343	529 103
ENBW 4.3% 23/05/34	498 495	31 360	-	529 855	2 291	532 146
SGOFP 3.875 29/11/30	697 599	26 516	-	724 115	2 446	726 561
STATK 3.125 13/12/26	667 112	5 685	-	672 797	1 084	673 880
MCD 1.5 28/11/29	435 000	22 670	-	457 670	697	458 367
CABK 4.375% 29/11/33	396 452	24 152	-	420 604	1 578	422 182
MCD 3.625% 28/11/27	616 264	16 202	-	632 466	2 084	634 550
MCD 3.875% 20/02/31	998 270	41 680	-	1 039 950	3 610	1 043 560
ROSW 3.312% 04/12/27	720 000	17 842	-	737 842	1 824	739 666
CCEP 3.875% 01/12/30	748 103	32 513	-	780 616	2 462	783 077
BACR 4,375% 01/02/30	598 242	20 232	-	618 474	1 942	620 416
TALANX 2.25 05/12/47	538 855	-	(72 700)	466 155	830	466 985
MET 3,75% 07/12/31	598 086	20 118	-	618 204	1 537	619 741
IGYGY 1.5 31/07/29	959 000	-	(27 530)	931 470	6 329	937 799
MCK 1.625% 30/10/26	1 318 100	31 052	-	1 349 152	3 916	1 353 067
JPM 1.812 12/06/29	900 500	37 450	-	937 950	10 050	948 000
HEIANA 1,25%17/03/27	648 690	14 070	-	662 760	6 933	669 693
STEDIN1,375%19/09/28	893 010	33 490	-	926 500	3 907	930 407
IBESM 3.25% PERP	676 900	15 225	-	692 125	20 132	712 257
AT 1.8% 05/09/26	987 100	-	(21 400)	965 700	5 852	971 552
VV 2.5 31/07/26	2 064 820	-	(212 605)	1 852 215	20 041	1 872 256
IBM 1.75% 31/01/31	547 900	-	(88 600)	459 300	8 031	467 331
BKIASM 3.75 15/02/29	500 000	-	(585)	499 415	16 438	515 853
SIEGR 1.75 28/02/39	417 461	40 007	-	457 468	8 096	465 564
FUMVFH 1.625 27/2/26	1 271 108	-	(113 480)	1 157 628	16 455	1 174 083
MDT 1,125% 07/03/27	1 367 250	51 240	-	1 418 490	13 832	1 432 322
MDT 1,625 07/03/31	768 230	4 684	-	772 914	11 322	784 236
VZ 1,25% 08/04/30	676 560	37 400	-	713 960	7 322	721 282
BAC 0.808% 09/05/26	1 604 264	-	(66 680)	1 537 584	8 371	1 545 955
BPLN 1.231% 08/05/31	1 000 000	-	(126 000)	874 000	8 005	882 005
CCHLN 1% 14/05/27	1 441 965	-	(35 490)	1 406 475	9 508	1 415 983
	369 979 456	9 538 677	(14 539 875)	364 978 258	4 292 763	369 271 021

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.01.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs) iSh EURCorpBond ETF	8 201 250	393 152	-	8 594 402	-	8 594 402
	8 201 250	393 152	-	8 594 402	-	8 594 402
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados 01.03.03 - Obrigações diversas SUEZFP 4.5% 13/11/33	495 165	38 885	-	534 050	3 012	537 062
	495 165	38 885	-	534 050	3 012	537 062
01.03.05 - Ups e Acções de OIC que não OII (ETFs) Explorer - II	722 133	-	(412 478)	309 655	-	309 655
	722 133	-	(412 478)	309 655	-	309 655
01.03.09 - UP e acções de OII (ETFs) Fundo Lusimovest	4 181 215	-	(2 519 754)	1 661 461	-	1 661 461
	4 181 215	-	(2 519 754)	1 661 461	-	1 661 461
TOTAL	423 577 280	10 286 119	(17 472 107)	416 391 293	4 331 790	420 723 083

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2022	Aumentos	Reduções	31-12-2023
Depósitos à ordem	18 181 458	656 896 437	669 292 672	5 785 223
TOTAL	18 181 458	656 896 437	669 292 672	5 785 223

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida

credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.

- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 5 – Componentes do Resultado

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Total
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efetivas	Total	Juros vencidos	Juros corridos		
OPERAÇÕES “À VISTA”							
Acções	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações	57 185 529	2 107 304	59 292 833	5 137 279	4 331 790	-	9 469 069
Unidades de Participação	2 725 143	162 261	2 887 404	-	-	418 920	418 920
Direitos	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	166 880	10 527	-	177 407
Instr. Dívida c/ Prazo	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES “A PRAZO”							
Cambiais	-	-	-	-	-	-	-
Cambiais a Vista	-	0	0	-	-	-	-
Futuros	-	519	519	-	-	-	-
Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
Cotações	-	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	5 882 581	5 882 581	-	-	-	-
TOTAL	59 910 672	8 152 666	68 063 338	5 304 159	4 342 317	418 920	10 065 396

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões suportadas		Total
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efetivas	Total	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	17 856 976	18 405 381	36 262 357	818 272	-	818 272
Ações	-	-	-	-	-	-
Unidades de Participação	2 235 372	394 201	2 629 574	-	-	-
Direitos	-	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	335	-	335
Instr.dívida	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES "A PRAZO"						
Cambiais						
Cambiais a Vista	-	-	-	-	-	-
Futuro de Moeda	-	519	519	-	-	-
Sports	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	-	-	-	-	-
Cotações						
Futuros	-	5 819 778	5 819 778	-	-	-
Comissões						
De Gestão	-	-	-	5 026 498	-	5 026 498
De Depósito	-	-	-	144 796	-	144 796
De Carteira de Títulos	-	-	-	10 475	-	10 475
De Operações Extrapatrimoniais	-	-	-	8 474	-	8 474
Taxa de Supervisão	-	-	-	137 623	-	137 623
Outras comissões	-	-	-	6 723	-	6 723
TOTAL	20 092 349	24 619 880	44 712 228	6 153 196	0	6 153 196

Nota 9 – Impostos

Em 13 de janeiro de 2015 foi aprovado o Decreto-Lei nº 7/2015, que procedeu à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo alterando: a) O Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho e b) Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei nº 150/99, de 11 de setembro. Esta alteração foi objeto de emissão de uma circular (Circular 6/2015) emitida pela Autoridade Tributária em 17 de junho.

Neste domínio, passa a aplicar-se, como regra, o método de tributação "à saída", com a tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos rendimentos auferidos pelos investidores em oposição ao regime anterior que se caracterizava pela tributação dos rendimentos e mais-valias na esfera do Fundo, aplicando-se a isenção no resgate.

O Decreto-Lei nº 7/2015 veio ainda criar uma nova verba na Tabela Geral do Imposto de Selo, visando a tributação do valor líquido global dos Organismos de Investimento Coletivo.

Este diploma, com efeito a partir de 1 de julho de 2015, estabeleceu no entanto um período transitório segundo o qual, e com referência a 30 de junho de 2015, determinou que fossem apurados os montantes de imposto que se mostrassem devidos, nos termos da redação do artigo 22º do EBF em vigor até à data da produção de efeitos deste diploma, relativamente aos rendimentos por si auferidos e que não sejam imputáveis, a período ou períodos posteriores a 30 de junho de 2015.

À data de 31 de dezembro de 2023 os impostos suportados pelo Fundo tem a seguinte decomposição:

Descritivo	31-12-2023	31-12-2022
Impostos pagos em Portugal	206 852	224 172
Impostos sobre rendimento de capital		
Mais Valias	-	-
Dividendos	-	-
Juros	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
Impostos Indiretos		
Imposto de Selo	206 852	224 172
Outros Impostos	-	-
Impostos pagos no estrangeiro	-	-
Impostos sobre rendimentos de capital		
Dividendos	-	-
Outros Impostos sobre rendimentos de capital	-	-
TOTAL	206 852	224 172

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
USD	(8)	-	-	-	-	-	(8)
Contravalor Euro	(8)	-	-	-	-	-	(8)

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 31 de dezembro de 2023 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	39 026 292	-	-	16 150 430	-	55 176 722
de 1 a 3 anos	59 885 057	-	-	-	-	59 885 057
de 3 a 5 anos	88 095 458	-	-	-	-	88 095 458
de 5 a 7 anos	103 558 074	-	-	-	-	103 558 074
mais de 7 anos	119 592 683	-	-	-	-	119 592 683

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 13 – Cobertura de Risco Cotações

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		
		Futuros	Opções	
Ações	-	-	-	-
Unidades de Participação	10 565 518	-	-	10 565 518
Direitos	-	-	-	-

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de dezembro de 2023:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	424 543 629	413 467 709
Carteira com derivados	398 611 419	413 467 709
	6,11%	0,00%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 31 de dezembro de 2023 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	5 227 558	1,26%
Comissão de Depósito	150 588	0,04%
Taxa de Supervisão	137 623	0,03%
Custos de Auditoria	10 328	0,00%
Encargos outros OIC	-	0,00%
Outros Custos Correntes	6 723	0,00%
TOTAL	5 532 820	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		1,34%

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 16 – Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

Nota 17 – Factos relevantes

1) Estabilização dos mercados financeiros

O final do ano de 2023 ratificou a visão dos agentes de mercado que a desinflação de preços de bens e serviços, deverá deixar os índices de inflação core da Zona Euro e Estados Unidos da América próximos do alvo de 2% no final de 2024. Essa tendência somada à possibilidade de corte de taxas diretoras a partir da segunda metade de 2024, e corroborada pela indicação avançada pela Reserva Federal na última reunião do ano, permitiram a obrigações e ações terminar o ano com performances consideráveis.

Para a indústria de gestão de ativos, o pico e pivot de política monetária mantém condições nos mercados financeiros para gerar retornos positivos nos próximos trimestres. Esta situação, no entanto, coincidirá com o topo de rentabilidade dos bancos nacionais, o que poderá, em termos de volumes, criar um cenário desafiante para as sociedades gestoras.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do fundo.